**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.**

entre

**CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.**

*como Emissora,*

e

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

*como Agente Fiduciário*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Datado de

24 de novembro de 2022

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

1. **CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Avenida Djalma Batista, nº 1719, sala 607B, Edifício Atlantic Tower, Chapada, Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, CEP 69050-010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("**CNPJ**") sob o nº. 42.548.035/0001-00 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Amazonas ("**JUCEA**") sob o NIRE 1330001266-8, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas páginas de assinatura deste instrumento ("**Emissora**");

na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas (conforme definido abaixo), nos termos do artigo 66 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"):

1. **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com filial na Rua Joaquim Floriano, n.º 1052, sala 132, 13º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.113.876./0004-34, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("**Agente Fiduciário"**);

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados, em conjunto, como “**Partes**” e, individual e indistintamente, como “**Parte**”;

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente *"Instrumento Particular* *de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da* *Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A."* ("**Escritura de Emissão**"), que será regida pelas seguintes cláusulas e condições.

1. – AUTORIZAÇÃO
   1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 14 de novembro de 2022 (“**AGE da Emissora**”), na qual: (i) foram aprovadas as condições da Emissão (conforme abaixo definido), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), da Oferta e a constituição das Garantias Reais, conforme aplicável; e (ii) a Diretoria da Emissora foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ali consubstanciadas, incluindo a celebração de todos os documentos necessários à concretização da Emissão (conforme abaixo definido), dentre os quais o aditamento a esta Escritura de Emissão que ratificará o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido) e a celebração dos Contratos de Garantia (conforme abaixo definido).
   2. A constituição do Penhor de Ações, bem como a celebração do Contrato de Penhor de Ações será realizada com base nas autorizações societárias do Acionista (conforme abaixo definido).
2. – REQUISITOS

A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 (duas) séries, da Emissora (“**Emissão**” e “**Debêntures**”, respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 476**” e “**Oferta**”, respectivamente), será realizada com observância aos requisitos abaixo.

* 1. **Dispensa de Registro na CVM**
     1. Nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a CVM, e do artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários, com esforços restritos de distribuição, não sendo objeto de protocolo, registro ou arquivamento perante a CVM, exceto pelo envio da comunicação sobre o início da Oferta e a comunicação de seu encerramento à CVM, nos termos dos artigos 7º-A e 8º, respectivamente, da Instrução CVM 476 (“**Comunicação de Início**” e “**Comunicação de Encerramento**”, respectivamente).
  2. **Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)**
     1. A Oferta será objeto de registro na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("**ANBIMA"**), nos termos dos artigos 16, I e 18, V, do "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*" ("**Código ANBIMA**"), no prazo de até 15 (quinze) dias contados do envio da Comunicação de Encerramento à CVM.
  3. **Arquivamento na Junta Comercial e Publicações dos Atos Societários** 
     1. A ata da AGE da Emissora será devidamente arquivada na JUCEA e publicada no jornal “A Crítica”, de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet, que deverá providenciar certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil) de acordo com o artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterado pela Lei nº 13.818, de 24 de abril de 2019 (“**Jornal de Publicação**”), nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, em data anterior à Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série, assim como seguirão este procedimento eventuais atos societários da Emissora posteriores, que sejam realizados em razão da Emissão.
     2. A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) cópia eletrônica (formato PDF), contendo o selo digital da JUCEA, da ata da AGE da Emissora, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data do registro, bem como a cópia da devida divulgação no Jornal de Publicação.
  4. **Arquivamento da Escritura de Emissão na Junta Comercial**
     1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEA, nos termos do artigo 62, inciso II e §3º, da Lei das Sociedades por Ações.
     2. A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) cópia eletrônica (formato PDF), contendo o selo digital da JUCEA, para esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos registrados na JUCEA, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da data do registro.
  5. **Registro das Garantias Reais** 
     1. O “*Contrato de Penhor de Ações*”, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, Vinci Airports SAS, uma empresa devidamente registrada sob as leis da França, domiciliada em 1973, Boulevard de la Défense, 92000, Nanterre, França, devidamente registrada sob o número 410 002 075 no Registro de Comércio e Sociedades de Nanterre (França) (“**Acionista**”) e o Banco da Amazônia S.A., instituição financeira com sede e foro na Av. Presidente Vargas, 800 – 11º andar, na cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 04.902.979/0001-44, através da sua agência Belém-Centro na cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 04.902.979/0007-30, conforme aditado (“**BASA**” e “**Contrato de Penhor de Ações**”, respectivamente, sendo o BASA, quando referido em conjunto com os Debenturistas, os “**Credores Seniores**”), e o “*Contrato de Cessão e Vinculação dos Direitos Creditórios e de Administração de Contas Bancárias e Outras Avenças*”, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o BASA e o Banco BNP Paribas Brasil S.A., na qualidade de banco depositário, conforme aditado (“**Contrato de Cessão Fiduciária**” e, em conjunto com o Contrato de Penhor de Ações, os “**Contratos de Garantia**”), serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, na forma e prazo previstos nos respectivos contratos.
     2. A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original ou 1 (uma) via eletrônica (formato PDF), contendo a chancela digital do respectivo cartório de registro de títulos e documentos, conforme o caso, dos Contratos de Garantia, na forma e prazo previstos nos respectivos contratos.
     3. O penhor de ações que vier a ser constituído por meio do Contrato de Penhor de Ações será averbado nos respectivos livros de registro de ações nominativas da Emissora e/ou nos livros e sistemas de instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, caso as ações da Emissora venham a se tornar escriturais, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações, nos prazos previstos no Contrato de Penhor de Ações. A Emissora entregará, ao Agente Fiduciário, cópia integral do “Livros de Registro de Ações Nominativas” da Emissora e/ou declaração expedida pela instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, caso as ações da Emissora venham a se tornar escriturais, evidenciando a referida averbação, nos prazos previstos no Contrato de Penhor de Ações.
  6. **Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**
     1. As Debêntures serão depositadas para distribuição pública no mercado primário por meio de MDA – Módulo de Distribuição de Ativos e, no mercado secundário, por meio do CETIP21 –Títulos e Valores Mobiliários, ambos administrados e operacionalizados pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“**B3**”) sendo a distribuição e a negociação das Debêntures liquidada financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.
     2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados, conforme definido no artigo 12 da Resolução da CVM n.º 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada (“**Resolução CVM 30**”) e depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, salvo nas hipóteses previstas pela Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá ser realizada entre sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
     3. Para os fins desta Escritura de Emissão e nos termos da Instrução CVM 476, entende-se por: (i) “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 12 da Resolução CVM 30; e (ii) “Investidores Profissionais” aqueles investidores referidos no artigo 11 da Resolução CVM 30, sendo certo que, nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 30, os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.
  7. **Enquadramento dos Projetos**
     1. A Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei n.º 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“**Lei 12.431**”) e do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016 (“**Decreto 8.874**”), da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“**CMN**”) n° 5.034, de 21 de julho de 2022, conforme alterada (“**Resolução CMN 5.034**”) ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem, tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme definido abaixo) como projeto prioritário pelo Ministério da Infraestrutura (“**MI**”), por meio da portaria nº 1.227 expedida pelo MI, de 13 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União (“**DOU**”) em 15 de setembro de 2022, em nome da Emissora (“**Portaria**”).

1. – OBJETO SOCIAL DA EMISSORA E CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO
   1. **Objeto Social da Emissora** 
      1. De acordo com a cláusula 3 de seu estatuto social, o objeto social da Emissora é única e exclusivamente (a) a prestação de serviços públicos para a expansão, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos complexos aeroportuários que compõem o Bloco Norte, incluindo (i) o Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, (ii) o Aeroporto Governador Jorge Teixeira de Oliveira, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, (iii) o Aeroporto Plácido de Castro, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, (iv) o Aeroporto da cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, (v) o Aeroporto da cidade de Tabatinga, Estado do Amazonas, (vi) o Aeroporto da cidade de Tefé, Estado do Amazonas, bem como (vii) o Aeroporto Atlas Brasil Cantanhede, na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, nos termos do Leilão Público Internacional nº 01/2020, promovido pela Agência Nacional de Aviação Civil ("**ANAC**"), podendo (a) importar bens e serviços necessários à execução das atividades listadas em seu objeto social; e (b) constituir subsidiárias integrais para executar as atividades relacionadas em seu objeto social, conforme instruções da ANAC.
   2. **Número da Emissão**
      1. A presente Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.
   3. **Valor Total da Emissão**
      1. O valor total da Emissão será de até R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido).
   4. **Número de Séries**
      1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries.
   5. **Garantias Reais** 
      1. Para assegurar o fiel, pontual pagamento do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, integralmente, incluindo, sem limitação, o respectivo Valor Nominal Unitário Atualizado, a Remuneração e os Encargos Moratórios (conforme abaixo definidos), conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive custos referentes ao registro e custódia dos ativos em mercados organizados da B3, honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário na execução das Garantia Reais (conforme definido abaixo) (“**Obrigações Garantidas**”), as Debêntures contarão com as seguintes garantias reais (“**Garantias Reais**”):
         1. cessão fiduciária nos termos do artigo 66-B, § 3º, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada (“**Lei 4.728**”) (a) da totalidade dos direitos emergentes, creditórios e indenizatórios, presentes e futuros, principais ou acessórios, de titularidade da Emissora, incluindo os decorrentes do (a.1) Contrato de Concessão (conforme definido abaixo), inclusive os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, revogação, relicitação ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, (a.2) dos outros contratos relativos às receitas aeroportuárias (como tarifas de trânsito de aeronaves, passageiros e cargas) e receitas não aeroportuárias (como receitas oriundas da cessão de direito de uso de áreas e prestação de serviços da Emissora, conforme identificados no Contrato de Cessão Fiduciária, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço, conforme requerido pelo Contrato de Concessão, (a.3) dos Contratos de Construção, conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária (os quais em conjunto com o Contrato de Concessão, os “**Contratos Materiais do Projeto**”), (a.4) das garantias outorgadas no âmbito dos Contratos de Construção (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) (a.5) dos instrumentos que vierem a ser celebrados pela Emissora com outras contratadas e em substituição e/ou complementação aos contratos mencionados nos itens anteriores; (b) da totalidade dos créditos bancários da Emissora, assim como rendimentos decorrentes dos investimentos permitidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), (c) de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos créditos citados acima, bem como toda e qualquer receita, multa de mora, penalidade e/ou indenização devida à Emissora decorrente dos seguro contratado pela Emissora no âmbito do Projeto, bem como suas respectivas renovações, endossos ou aditamentos; e (d) dos Seguros do Projeto, conforme descritos no Anexo II desta Escritura de Emissão, bem como eventuais renovações e endossos, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária;
         2. penhor (a) da totalidade das ações ordinárias, de emissão da Emissora (“**Ações**”); (b) de quaisquer ações representativas do capital social da Emissora, ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, que venham a ser, a qualquer título e a qualquer tempo, emitidas em substituição às Ações ou atribuídas como resultado de desdobramentos e/ou grupamentos, emitidas em decorrência de bonificações de ações ou emitidas por uma sucessora da Emissora em decorrência de qualquer operação ou reestruturação societária envolvendo a Emissora (observadas as disposições dos Financiamento BASA, desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária), incluindo, mas não se limitando a operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações (“**Ações Adicionais**” e, em conjunto com as Ações, “**Ações Empenhadas**”); (c) de quaisquer outros direitos relativos ao capital social da Emissora decorrentes das Ações Empenhadas, tais como direitos de subscrição, bônus de subscrição e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Emissora, bem como quaisquer direitos de preferência, opções ou outros direitos sobre mencionados títulos, que venham a ser subscritos, adquiridos ou de qualquer modo detidos pelo Acionista, que ficarão automaticamente vinculadas ao Contrato de Penhor de Ações, sem necessidade de qualquer aditamento ou deliberação societária adicional (“**Penhores Futuros**”); e (d) de todos os direitos econômicos e políticos relativos às Ações Empenhadas e aos Penhores Futuros, incluindo o direito ao recebimento de (d.i) juros sobre capital, lucros ou dividendos em dinheiro, ações ou qualquer outra forma, (d.ii) outras distribuições em dinheiro, ações ou qualquer outra forma, pagas aos acionistas nos termos da Lei das Sociedades por Ações (“**Rendimentos**” e, em conjunto com as Ações Empenhadas e os Penhores Futuros, “**Bens Empenhados**”), constituídas e compartilhadas entre os Credores Seniores nos termos do Contrato de Penhor de Ações.
      2. Não obstante quaisquer disposições em contrário, as Garantias Reais devem excluir os montantes designados para o pagamento das despesas essenciais à continuidade da prestação do serviço objeto do Contrato de Concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.
      3. As características de cada Garantia Real serão tratadas no respectivo Contrato de Garantia.
      4. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, das Garantias Reais, podendo o Agente Fiduciário executar ou excutir, observados os termos e condições dos Contratos de Garantia, do Contrato de Compartilhamento (conforme definido abaixo) e da legislação e regulamentação aplicáveis, todas ou cada uma delas indiscriminadamente a critério dos Debenturistas para assegurar cumprimento das Obrigações Garantidas.
   6. **Compartilhamento das Garantias**
      1. As Garantias Reais serão compartilhadas entre os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário e o BASA sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, na proporção do respectivo saldo devedor de cada Credor Sênior, na data de declaração do vencimento antecipado, de acordo com o “Contrato de Compartilhamento de Garantias” a ser celebrado entre o BASA e o Agente Fiduciário, conforme aditado (“**Contrato de Compartilhamento**”), sendo certo que, para todos os fins, fica permitido o compartilhamento das Garantias Reais com os credores das Dívidas Complementares, que, para tanto, deverão aderir integralmente aos termos dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento.
   7. **Conclusão do Projeto** 
      1. Para fins e efeitos da presente Escritura de Emissão, a conclusão físico-financeira do Projeto ocorrerá por meio do cumprimento cumulativo dos seguintes requisitos (“**Conclusão Físico-Financeira do Projeto**”):

a) Conclusão Física do Projeto, a qual dar-se-á com a emissão de documento pela ANAC com a confirmação da conclusão da Fase I-B e do início da Fase II do Projeto, conforme previsto no Contrato de Concessão;

b) Apresentação das licenças necessárias para a operação dos aeroportos do Projeto, nos termos do Contrato de Concessão, oficialmente expedidas pelos órgãos competentes, conforme listadas no **Anexo V** desta Escritura de Emissão;

c) Declaração da Emissora quanto à (i) inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a conclusão ou continuidade da operação do Projeto; e (ii) inexistência de processo administrativo instaurado para decretar a intervenção, encampação ou caducidade do Contrato de Concessão;

d) Pagamento de, ao menos, 2 (duas) parcelas de Amortização das Debêntures, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, nos termos desta Escritura de Emissão;

e) Confirmação de que a Emissora tenha atingido Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,3x (um inteiro e três décimos), apurado na forma do **Anexo I**, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, considerando como base de cálculo, para fins dessa apuração, os últimos 12 (doze) meses nos quais tenha ocorrido o pagamento de 2 (duas) parcelas de amortização das Debêntures e de 12 (doze) parcelas mensais de amortização do Financiamento BASA;

f) Confirmação de que a Conta Reserva Debêntures, conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária, esteja integralmente constituída e preenchida ou garantida por meio de carta(s) de fiança bancária em favor dos Debenturistas, sendo que tal confirmação será feita com base em extrato bancário da Conta Reserva Debêntures ou apresentação de carta(s) de fiança bancária nas condições descritas na Clausula 7.1, item (xxx) abaixo;

g) Apresentação de declaração da Emissora quanto à não existência de uma Hipótese de Vencimento Antecipado; e

h) Apresentação de documentos comprobatórios da contratação de seguros de (i) risco patrimonial para a fase operacional com lucros cessantes (*Property All Risks with Business Interruption*) e (ii) responsabilidade civil geral (*General liability*).

* + 1. Para fins de comprovação do cumprimento dos requisitos para Conclusão Físico-Financeira do Projeto previstos nesta Cláusula, a Emissora deverá entregar ao Agente Fiduciário uma declaração nos moldes do **Anexo VIII**, assinada por representantes legais da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando o cumprimento das condições e a ocorrência da Conclusão Físico-Financeira do Projeto, e acompanhada dos documentos e comprovantes requeridos nos parágrafos (a) a (h) acima (“**Declaração de Conclusão Físico-Financeira do Projeto**”). O Agente Fiduciário enviará comunicação aos representantes legais da Emissora, se manifestando expressamente sobre a ocorrência ou não da Conclusão Físico-Financeira do Projeto, dentro de 10 (dez) dias contados do recebimento da Declaração de Conclusão Físico-Financeira do Projeto, sendo certo que a manifestação do Agente Fiduciário se limitará tão somente à verificação do recebimento dos referidos documentos.
    2. A data de emissão de referida manifestação pelo Agente Fiduciário deverá ser considerada como a “**Data da Conclusão Físico-Financeira do Projeto**”, sendo certo que a não manifestação do Agente Fiduciário no referido prazo de 10 (dez) dias deverá ser interpretada como confirmação tácita de que foi atingida a Conclusão Físico-Financeira do Projeto, para os fins desta Escritura de Emissão.
  1. **Procedimento de Distribuição**
     1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime melhores esforços de colocação limitada ao montante de R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela distribuição das Debêntures (“**Coordenador Líder**”) nos termos do “*Contrato de Estruturação, Coordenação e Colocação para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, da Concessionaria dos Aeroportos da Amazonia S.A.*”, celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme aditado (“**Contrato de Distribuição**”).
     2. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, organizado pelo Coordenador Líder, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, observado o disposto no artigo 3º da Instrução CVM 476, para definição da Remuneração das Debêntures, observado os limites previstos na Cláusula 4.11 abaixo; (“**Procedimento de *Bookbuilding***”). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, na forma prevista no **Anexo XI**, que deverá ser levado a registro perante a JUCEA, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas (“**AGD**”).
     3. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar conjuntamente, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.
        1. Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta será destinada a Investidores Profissionais. Entende-se por “**Investidores Profissionais**” aqueles investidores mencionados no artigo 11 da Resolução CVM 30, observado que (i) os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor, para os fins dos limites previstos na Cláusula 3.8.3 acima, e (ii) de acordo com o artigo 13 da Resolução CVM 30, os sistemas de previdência social instituídos pelo Governo Federal, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios são considerados como Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados somente se reconhecidos como tal de acordo com regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.
        2. No ato de subscrição das Debêntures, cada Investidor Profissional deverá formalizar uma declaração atestando, dentre outros, a respectiva condição de Investidor Profissional e que ele/ela está ciente, entre outras coisas, de que: (a) a Oferta não foi registrada perante a CVM, e que poderá vir a ser registrada na ANBIMA apenas para fins de informação de base de dados, nos termos da Cláusula 2.2 acima, desde que expedidas diretrizes específicas pela ANBIMA até a data da Comunicação de Encerramento; (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura, (c) ele/ela fez sua própria análise com relação à qualidade e riscos das Debêntures, bem como à capacidade de pagamento da Emissora; (d) as informações recebidas são suficientes para tomar uma decisão fundamentada com relação à Oferta (v) ele/ela isenta de forma total, irrevogável e irreversível o Coordenador Líder de responsabilidade por qualquer perda, dano e/ou despesa que possa sofrer como resultado direto ou indireto da Oferta, e reconhece não ter qualquer direito de regresso contra o Coordenador Líder em decorrência disso; e (vi) ele/ela é um Investidor Profissional, de acordo com o artigo 11 da Resolução CVM 30, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os termos e condições desta Escritura.
     4. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer Investidor Profissional, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais Investidores Profissionais que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais Investidores Profissionais nesse período.
     5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, independentemente da ordem cronológica.
     6. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas ou controladores diretos ou indiretos da Emissora.
     7. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.
  2. **Agente de Liquidação e Escriturador**
     1. A instituição prestadora de serviços de liquidação financeira das operações no âmbito da Emissão e escrituração das Debêntures é a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, 3.434, Bloco 7, sala 201, CEP 22640-102, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91 (“**Agente de Liquidação**” e “**Escriturador**”, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder ao Agente de Liquidação e o Escriturador na prestação dos serviços de agente de liquidação e de escriturador previstos nesta Escritura de Emissão).
  3. **Destinação dos Recursos**
     1. Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º-A, da Lei 12.431, do Decreto 8.874, e da Resolução CMN 5.034 ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem, os Recursos Líquidos (conforme abaixo definido) captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados exclusivamente para o financiamento, pagamento futuro ou reembolso de gastos e despesas e/ou a amortização de financiamentos relacionados à implementação e exploração do Projeto, conforme definido abaixo, pela Emissora, considerado como prioritário pelo MI de acordo com a Portaria, assim como para o pagamento de taxas e despesas relacionados à Emissão e à Oferta, desde que tais gastos e despesas a serem reembolsados e/ou financiamentos a serem amortizados tenham sido incorridos no prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses da data de encerramento da Oferta, conforme abaixo detalhado:

|  |  |
| --- | --- |
| **Objetivo do Projeto** | Ampliação, manutenção, operação e exploração dos aeroportos integrantes do bloco Norte, referente ao Edital do Leilão Público Internacional nº 01/2020, promovido pela ANAC, conforme o Contrato nº 001/ANAC/2021-Norte, celebrado entre a Emissora e a ANAC (“**Contrato de Concessão**”), composto dos aeroportos mencionados a seguir: (i) Aeroporto Internacional de Manaus/AM – Eduardo Gomes; (ii) Aeroporto de Porto Velho/RO – Governador Jorge Teixeira de Oliveira; (iii) Aeroporto de Rio Branco/AC – Plácido de Castro; (iv) Aeroporto de Cruzeiro do Sul/AC; (v) Aeroporto de Tabatinga/AM; (vi) Aeroporto de Tefé/AM; e (vii) Aeroporto de Boa Vista/RR – Atlas brasil Cantanhede (“**Projeto**”). |
| **Data de início do Projeto** | 21 de outubro de 2021. |
| **Fase atual do Projeto** | A implementação do Projeto já está em curso, encontrando-se em fase inicial. |
| **Data estimada de encerramento do Projeto** | 22 de outubro de 2024. |
| **Volume de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto** | R$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais). |
| **Valor das Debêntures que será destinado ao Projeto** | 100% (cem por cento) dos Recursos Líquidos |
| **Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures** | A totalidade dos recursos obtidos pela Emissora com a Emissão das Debêntures será utilizada para o financiamento do Projeto, podendo ser alocada para fins de pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas em relação à implantação do Projeto, inclusive o valor de Contribuição Inicial devido ao Poder Concedente, desde que os gastos, despesas ou dívidas passíveis de reembolso tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contado da data de encerramento da Oferta, nos termos da Lei 12.431. |
| **Percentual dos recursos financeiros necessários ao Projeto provenientes das Debêntures** | A Emissora estima que a presente Emissão deve representar aproximadamente 35% (trinta e cinco por cento) das necessidades de recursos financeiros do Projeto, considerando a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures. |

* + 1. Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista na Cláusula 3.10.1 acima, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, esta ficará sujeita às penalidades previstas na Lei 12.431 e demais leis aplicáveis.
    2. Para fins do disposto na Cláusula 3.10.1, entende-se como “**Recursos Líquidos**” o Valor Total da Emissão, excluídos os custos incorridos para a realização da Emissão.
    3. Sem prejuízo do procedimento disposto nos termos das Cláusulas 4.9.5 a 4.9.11, a seguir, para cumprimento pelo Agente Fiduciário do disposto na Resolução da CVM nº17, de 9 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“**Resolução CVM 17**”), a Emissora deverá encaminhar anualmente, a partir da Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série, ao Agente Fiduciário declaração em papel timbrado e assinada por representante legal, atestando a destinação dos recursos da presente Emissão, acompanhada dos documentos comprobatórios, como os comprovantes dos gastos realizados, em até 60 (sessenta) dias corridos da data da efetiva destinação da totalidade dos recursos ou na Data de Vencimento das Debêntures (conforme definido abaixo), o que ocorrer primeiro, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos e documentos adicionais que se façam necessários.
    4. Caberá à Emissora atestar e responsabilizar-se pela veracidade dos documentos encaminhados, não cabendo ao Agente Fiduciário, sem prejuízo do procedimento disposto nos termos das Cláusulas 4.9.5 a 4.9.11, a seguir, a responsabilidade de verificar a validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras neles constantes, tais como notas fiscais, faturas e/ou comprovantes de pagamento e/ou demonstrativos contábeis da Emissora, ou ainda qualquer outro documento que lhe seja enviado com o fim de complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações do mencionado no relatório mencionado acima.

1. – CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS DEBÊNTURES
   1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de novembro de 2022 (“**Data de Emissão**”).
   2. **Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade**: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta(s) extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures.
   3. **Conversibilidade**: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
   4. **Espécie**: As Debêntures serão da espécie com garantia real e serão compartilhadas nos termos da Cláusula 3.6.
   5. **Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto nesta Escritura, as Debêntures (conforme definido abaixo) terão prazo de vencimento de 24 (vinte e quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2046 (“**Data de Vencimento das Debêntures**”).
   6. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“**Valor Nominal Unitário**”).
   7. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas até 600.000 (seiscentas mil) Debêntures, em 2 (duas) séries, sendo (i) 457.000 (quatrocentos e cinquenta e sete mil) Debêntures correspondentes à primeira série (“**Debêntures da Primeira Série**”); e (ii) 143.000 (cento e quarenta e três mil) Debêntures correspondentes à segunda série (“**Debêntures da Segunda Série**”).
      1. A quantidade de Debêntures a ser alocada será definida de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* a depender do resultado da coleta de intenções apuradas no Procedimento de *Bookbuilding.* A quantidade de Debêntures objeto da Emissão será objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão.
   8. **Preço de Subscrição e Forma de Integralização**
      1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas em conformidade com o disposto na Cláusula 4.9 abaixo. A data em que ocorrer uma integralização de Debêntures da Primeira Série ou de Debêntures da Segunda Série será considerada uma “**Data de Integralização**”. Em cada Data de Integralização, as Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as regras de liquidação aplicáveis à B3, observado o disposto na Cláusula 4.8.2 abaixo, sendo certo que a integralização das Debêntures da Primeira Série deverá ocorrer no ato da subscrição.
      2. Qualquer integralização de Debêntures em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série (conforme a seguir definida), para as Debêntures da Primeira Série, ou à Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série (conforme a seguir definida), para as Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, deverá considerar seu respectivo Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração correspondente, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da Primeira Série ou a Primeira Data de Integralização da Segunda Série, conforme aplicável, e até a efetiva Data de Integralização, observado que nenhuma integralização será devida após 15 de outubro de 2024 (“**Data Limite para Integralização**”), exceto se as Condições para Integralização de Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) forem cumpridas antes da Data Limite para Integralização, situação na qual as Debêntures da Segunda Série deverão ser integralmente integralizadas, totalizando o valor descrito na Notificação – Condições para Integralização de Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo), em até 5 (cinco) Dias Úteis, nos termos da Cláusula 4.9.10 desta Escritura de Emissão. Não obstante, o valor somado de todas as integralizações das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série não excederá R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) (“**Limite Máximo de Integralização**”). As Debêntures subscritas e não integralizadas que sobejarem do Limite Máximo de Integralização ou cujas Condições para Integralização de Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) não tiverem sido cumpridas antes da Data Limite para Integralização (observadas as disposições aqui previstas) serão obrigatoriamente canceladas, sendo vedada a manutenção em tesouraria. No prazo de até 30 (trinta) dias contados da Data Limite para Integralização, esta Escritura de Emissão será objeto de aditamento, exclusivamente, para refletir tal cancelamento e a quantidade de Debêntures emitidas e integralizadas, sendo certo que não será necessária a realização de AGD para aprovação e assinatura de referido aditamento.
      3. Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se (i) "**Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série**" a data em que ocorrer a primeira integralização das Debêntures da Primeira Série; e (ii) "**Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série**", a data em que ocorrer a primeira integralização das Debêntures da Segunda Série.
      4. As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures de cada uma das séries, mediante consentimento prévio da Emissora, sendo certo que o ágio ou deságio, conforme o caso, obrigatoriamente será o mesmo para todas as Debêntures de cada série
   9. **Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures**
      1. A totalidade das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série que vierem a ser distribuídas será subscrita em uma única data.
      2. A data de subscrição das Debêntures da Primeira Série será também a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série.
      3. As Debêntures da Segunda Série que vierem a ser distribuídas serão integralizadas, à vista, conforme se verificar o cumprimento das condições estabelecidas na Cláusula 4.9.4 abaixo, observado o disposto na Cláusula 4.8.2 acima.
      4. Nos termos do art. 125 do Código Civil, são condições suspensivas para a integralização de 143.000 (cento e quarenta e três mil) Debêntures da Segunda Série a comprovação, ao Agente Fiduciário, do atendimento das seguintes obrigações pela Emissora, cumulativamente (“**Condições para Integralização de Debêntures da Segunda Série**”):

(i) apresentação das licenças necessárias para a operação de todos os aeroportos do Projeto e outras aplicáveis ao estágio do Projeto, à época, oficialmente expedidas pelos órgãos competentes, bem como demais autorizações relevantes e necessárias à segurança e integridade física de quaisquer pessoas em circulação nos aeroportos do Projeto, conforme listadas na declaração a ser emitida nos moldes do **Anexo VI** desta Escritura de Emissão, nos termos do item (vii) abaixo;

(ii) observado o disposto na Cláusula 4.9.6 abaixo, apresentação de listagem eletrônica dos gastos globais referentes ao Projeto, cujo somatório deverá ser equivalente a, no mínimo, R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(iii) a Acionista estar adimplente com o seu compromisso de integralização de capital social da Emissora, de acordo com o “*Instrumento Particular de Integralização de Capital*” a ser celebrado pelos Fiadores, pela Acionista, pelo Agente Fiduciário e pela Emissora, conforme aditado (“**ESA**”), conforme aplicável;

(iv) não esteja em curso nenhuma Hipótese de Vencimento Antecipado, independentemente dos prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão;

(v) apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND) ou de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em nome da Emissora;

(vi) comprovação de que Emissora está em dia com as obrigações relativas ao FGTS, mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal em nome da Emissora;

(vii) entrega, pela Emissora, de declaração nos moldes do **Anexo VI**, assinada por seus representantes legais, nos termos do seu estatuto social.

* + 1. As Condições para Integralização de Debêntures da Segunda Série deverão ser verificadas para fins de cada uma das eventuais integralizações das Debêntures da Segunda Série. A cada integralização pretendida, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário uma notificação nos moldes do **Anexo VII**, devidamente assinada por seus representantes legais, nos termos de seu estatuto social, especificando o respectivo montante da integralização pretendida e atestando o cumprimento das Condições para Integralização de Debêntures da Segunda Série, juntamente com os documentos comprobatórios aplicáveis (“**Notificação - Condições para Integralização de Debêntures da Segunda Série**”).
    2. Especificamente para fins de cumprimento da condição prevista no item (ii) da Cláusula 4.9.4, a Emissora deverá detalhar na Notificação - Condições para Integralização de Debêntures da Segunda Série a destinação dos recursos da presente Emissão, acompanhada da referida documentação comprobatória de gastos referentes ao Projeto, mediante listagem eletrônica, contendo as seguintes informações para cada item de gasto: (i) identificação do documento comprobatório (tipo de documento fiscal, número e data de emissão), sendo certo que o mesmo documento comprobatório referente à uma despesa não poderá ser utilizado para fins de comprovação para solicitar os desembolsos do Financiamento BASA; (ii) identificação do fornecedor ou prestador do serviço, com inclusão de nome e registro de CNPJ e/ou CPF, conforme o caso; (iii) data do pagamento do gasto; (iv) valor do pagamento; e (v) identificação da(s) rubrica(s) da lista de rubricas atinentes aos itens financiáveis, conforme **Anexo IX** da Escritura à(s) qual(is) o(s) respectivo(s) item(ns) se refere(m), podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos e documentos adicionais que se façam necessários, inclusive mediante solicitação dos titulares das Debêntures da Segunda Série.
    3. O Agente Fiduciário terá um prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Notificação - Condições para Integralização de Debêntures da Segunda Série, acompanhada da integralidade dos documentos comprobatórios necessários, para certificar o atendimento das Condições para Integralização de Debêntures da Segunda Série aplicáveis à integralização pretendida.
    4. Em caso de inconsistência na documentação apresentada pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá notificar à Emissora, de imediato, solicitando esclarecimentos e documentos adicionais para os fins de comprovação do atendimento das Condições para Integralização de Debêntures da Segunda Série. Nesta hipótese, o prazo de 30 (trinta) dias previsto na Cláusula 4.9.7 será interrompido, reiniciando-se a sua contagem da data em que a Emissora encaminhar ao Agente Fiduciário os esclarecimentos e documentos adicionais solicitados.
    5. O Agente Fiduciário disponibilizará aos titulares das Debêntures da Segunda Série, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado de seu recebimento, a Notificação - Condições para Integralização de Debêntures da Segunda Série, juntamente com os respectivos documentos comprobatórios enviados pela Emissora.
    6. A integralização das Debêntures da Segunda Série ocorrerá em até 5 (cinco) Dias Úteis após a certificação, pelo Agente Fiduciário, do atendimento da integralidade das Condições para Integralização de Debêntures da Segunda Série. Para tanto, o Agente Fiduciário, após obter a anuência dos titulares das Debêntures da Segunda Série, deverá emitir notificação à Emissora atestando a regularidade no cumprimento das respectivas Condições para Integralização de Debêntures da Segunda Série, devendo a Emissora também emitir notificação ao Escriturador atestando a regularidade no cumprimento das respectivas Condições para Integralização de Debêntures da Segunda Série e instruindo-o, adicionalmente, a confirmar o lançamento a ser feito pela Emissora no sistema de distribuição, negociação e custódia eletrônica da B3, com vistas à liquidação do montante devido pelos titulares das Debêntures da Segunda Série em cada uma das Datas de Integralização das Debêntures da Segunda Série.
    7. As notificações mencionadas na Cláusula 4.9.10 acima deverão ser realizadas pelo Agente Fiduciário e/ou pela Emissora, conforme aplicável, em até 1 (um) Dia Útil após a comprovação do cumprimento de todas as Condições para Integralização de Debêntures da Segunda Série pela Emissora.
  1. **Atualização Monetária das Debêntures**
     1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“**IPCA**”), desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série, para as Debêntures da Primeira Série, e, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série, para as Debêntures da Segunda Série, até a data de seu efetivo pagamento (“**Atualização Monetária das Debêntures**”), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, respectivamente (“**Valor Nominal Unitário Atualizado**”). A Atualização Monetária das Debêntures será calculada conforme a fórmula abaixo:

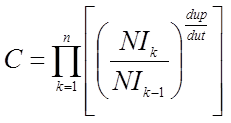
**Vna = Vne x C**

onde:

Vna = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Vne = Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo “n” um número inteiro;

NIK = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, o “Nik” corresponderá ao valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NIK-1 = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de Dias Úteis entre Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série, para as Debêntures da Primeira Série, e Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série, para as Debêntures da Segunda Série, ou a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do IPCA, sendo “dup” um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contados entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo “dut” um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

* + - 1. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE;
      2. Considera-se “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês;
      3. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures;
      4. O fator resultante da expressão (Nik /Nik-1)^(dup/dut) é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
      5. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
      6. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o pro rata do último Dia Útil anterior.
      7. Caso o IPCA não esteja disponível na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a variação correspondente ao último IPCA divulgado oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os titulares das Debêntures, quando da posterior divulgação do IPCA.
      8. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 30 (trinta) dias contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação (“**Período de Ausência do IPCA**”) ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar AGD, na forma e nos prazos estipulados na Cláusula 9 abaixo, para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (“**Taxa Substitutiva das Debêntures**”). Até a deliberação da Taxa Substitutiva das Debêntures, a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente será utilizada para fins do cálculo de Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares de Debêntures, caso tenha ocorrido pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) até a data de deliberação da Taxa Substitutiva das Debêntures, na forma aqui prevista.
      9. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.
      10. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, a metade mais 1 (uma), no mínimo, das Debêntures em Circulação (como definido em baixo) em primeira convocação ou a maioria das Debêntures presentes em segunda convocação, ou, ainda, caso não haja quórum de instalação em segunda convocação, desde que assim autorizado por regulamentação específica, nos termos da Lei 12.431, a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD ou da data em que esta deveria ter sido realizada, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures devido calculado *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva Série ou Data de Pagamentos dos Juros Remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Para cálculo da Remuneração das Debêntures aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência do IPCA será utilizada a última projeção disponível divulgada pela ANBIMA da variação percentual do IPCA. Exclusivamente no caso de não ser permitido o resgate em virtude da legislação aplicável, aplicar-se-á para fins de cálculo de Atualização Monetária das Debêntures a média do IPCA dos 12 (doze) últimos meses contados da data da AGD de que trata esta Cláusula, até que seja possível a realização do referido resgate.
  1. **Remuneração**
     1. **Juros Remuneratórios das Debêntures**: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano (“**Taxa de Spread**”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitados a uma taxa de até 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano (“**Juros Remuneratórios**” e, em conjunto com a Atualização Monetária das Debêntures, “**Remuneração**”).
     2. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série ou Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou data de pagamentos dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive) até a Data de Pagamentos dos Juros Remuneratórios em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de uma Hipótese de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) ou data de um eventual Regate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), Resgate Antecipado Obrigatório (conforme abaixo definido), Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido), Aquisição Facultativa ou Oferta de Aquisição (conforme abaixo definido), o que ocorrer primeiro. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

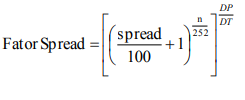
J = Vna x (Fator Spread – 1)

onde:

J = valor unitário da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Vna = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Spread = fator de spread fixo, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

spread = taxa de spread, informada com 4 (quatro) casas decimais;

n = número de dias úteis entra a data do próximo Período de Capitalização e a data do evento anterior, sendo “n” um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo Período de Capitalização, sendo “DT” um número inteiro;

DP = número de dias úteis entre o último Período de Capitalização e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

* + 1. O período de capitalização da Remuneração (“**Período de Capitalização**”) é, (i) para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Primeira Data de Integralização das Debêntures da respectiva Série, inclusive, e termina na Data de Incorporação da respectiva Série (conforme abaixo definido), exclusive, (ii) para o Período de Capitalização subsequente, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Incorporação da respectiva Série, inclusive, até a primeira Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, exclusive, e, (iii) para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, inclusive, e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures.
  1. **Pagamento da Remuneração**
     1. Ressalvadas as hipóteses de pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado, de Resgate Antecipado Obrigatório, de Oferta de Resgate Antecipado, de Aquisição Facultativa e de Amortização Extraordinária das Debêntures e demais hipóteses previstas na Cláusula 5 abaixo, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, após carência correspondente ao período de 24 (vinte e quatro) meses da Data de Emissão, sendo certo que os juros relativos ao período de capitalização compreendido entre a Primeira Data de Integralização da respectiva Série e 15 de novembro de 2024 (exclusive) (“**Data de Incorporação**”) serão incorporados ao Valor Nominal Atualizado das Debêntures, de modo que os Juros Remuneratórios da Debêntures serão pagos, semestralmente, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2025 e o último na Data de Vencimento das Debêntures, conforme tabela a seguir:

| **Parcela** | **Data** | **Evento** |
| --- | --- | --- |
| **1** | 15/nov/24 | Data de Incorporação |
| **2** | 15/mai/25 | Pagamento |
| **3** | 15/nov/25 | Pagamento |
| **4** | 15/mai/26 | Pagamento |
| **5** | 15/nov/26 | Pagamento |
| **6** | 15/mai/27 | Pagamento |
| **7** | 15/nov/27 | Pagamento |
| **8** | 15/mai/28 | Pagamento |
| **9** | 15/nov/28 | Pagamento |
| **10** | 15/mai/29 | Pagamento |
| **11** | 15/nov/29 | Pagamento |
| **12** | 15/mai/30 | Pagamento |
| **13** | 15/nov/30 | Pagamento |
| **14** | 15/mai/31 | Pagamento |
| **15** | 15/nov/31 | Pagamento |
| **16** | 15/mai/32 | Pagamento |
| **17** | 15/nov/32 | Pagamento |
| **18** | 15/mai/33 | Pagamento |
| **19** | 15/nov/33 | Pagamento |
| **20** | 15/mai/34 | Pagamento |
| **21** | 15/nov/34 | Pagamento |
| **22** | 15/mai/35 | Pagamento |
| **23** | 15/nov/35 | Pagamento |
| **24** | 15/mai/36 | Pagamento |
| **25** | 15/nov/36 | Pagamento |
| **26** | 15/mai/37 | Pagamento |
| **27** | 15/nov/37 | Pagamento |
| **28** | 15/mai/38 | Pagamento |
| **29** | 15/nov/38 | Pagamento |
| **30** | 15/mai/39 | Pagamento |
| **31** | 15/nov/39 | Pagamento |
| **32** | 15/mai/40 | Pagamento |
| **33** | 15/nov/40 | Pagamento |
| **34** | 15/mai/41 | Pagamento |
| **35** | 15/nov/41 | Pagamento |
| **36** | 15/mai/42 | Pagamento |
| **37** | 15/nov/42 | Pagamento |
| **38** | 15/mai/43 | Pagamento |
| **39** | 15/nov/43 | Pagamento |
| **40** | 15/mai/44 | Pagamento |
| **41** | 15/nov/44 | Pagamento |
| **42** | 15/mai/45 | Pagamento |
| **43** | 15/nov/45 | Pagamento |
| **44** | 15/mai/46 | Pagamento |
| **45** | 15/nov/46 | Pagamento |

* + 1. Farão jus aos pagamentos dos Juros Remuneratórios das Debêntures aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil anterior à respectiva data de pagamento dos Juros Remuneratórios prevista nesta Escritura de Emissão.
  1. **Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado** 
     1. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures de cada Série será amortizado após carência correspondente ao período de 36 (trinta e seis) meses da Data de Emissão, em 42 (quarenta e duas) parcelas semestrais consecutivas, devidas sempre no dia 15 (quinze) de maio e novembro, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de maio de 2026, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respetivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com a correspondente tabela abaixo (cada uma, uma “**Data de Amortização das Debêntures**”):

| **Parcela** | **Data de Amortização das Debêntures** | **Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser amortizado (% para pagamento)** |
| --- | --- | --- |
| **1** | 15/mai/26 | 1,4600% |
| **2** | 15/nov/26 | 1,4816% |
| **3** | 15/mai/27 | 1,9211% |
| **4** | 15/nov/27 | 1,9587% |
| **5** | 15/mai/28 | 1,9925% |
| **6** | 15/nov/28 | 2,0330% |
| **7** | 15/mai/29 | 1,1603% |
| **8** | 15/nov/29 | 1,1739% |
| **9** | 15/mai/30 | 1,1822% |
| **10** | 15/nov/30 | 1,1963% |
| **11** | 15/mai/31 | 1,2050% |
| **12** | 15/nov/31 | 1,2197% |
| **13** | 15/mai/32 | 1,2287% |
| **14** | 15/nov/32 | 1,2440% |
| **15** | 15/mai/33 | 2,1077% |
| **16** | 15/nov/33 | 2,1530% |
| **17** | 15/mai/34 | 0,5196% |
| **18** | 15/nov/34 | 0,5223% |
| **19** | 15/mai/35 | 3,4293% |
| **20** | 15/nov/35 | 3,5511% |
| **21** | 15/mai/36 | 5,1086% |
| **22** | 15/nov/36 | 5,3836% |
| **23** | 15/mai/37 | 5,9457% |
| **24** | 15/nov/37 | 6,3216% |
| **25** | 15/mai/38 | 2,5075% |
| **26** | 15/nov/38 | 2,5720% |
| **27** | 15/mai/39 | 6,5024% |
| **28** | 15/nov/39 | 6,9546% |
| **29** | 15/mai/40 | 8,2198% |
| **30** | 15/nov/40 | 8,9559% |
| **31** | 15/mai/41 | 9,1106% |
| **32** | 15/nov/41 | 10,0238% |
| **33** | 15/mai/42 | 11,8729% |
| **34** | 15/nov/42 | 13,4724% |
| **35** | 15/mai/43 | 14,0172% |
| **36** | 15/nov/43 | 16,3023% |
| **37** | 15/mai/44 | 11,3856% |
| **38** | 15/nov/44 | 12,8484% |
| **39** | 15/mai/45 | 23,0882% |
| **40** | 15/nov/45 | 30,0191% |
| **41** | 15/mai/46 | 50,0000% |
| **42** | 15/nov/46 | 100,0000% |

* 1. **Local de Pagamento**: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
  2. **Prorrogação dos Prazos***:* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com qualquer dia em que não seja considerado um Dia Útil.
  3. **Encargos Moratórios**: Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago (“**Encargos Moratórios**”).
  4. **Decadência dos Direitos aos Acréscimos**: Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.15 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora no Jornal de Publicação, não lhe dará direito ao recebimento da Atualização Monetária das Debêntures e/ou Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento.
  5. **Repactuação**: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
  6. **Publicidade**: Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no Jornal de Publicação (“**Aviso aos Debenturistas**”), bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores ([https://airport-manaus.com.br/pt-br/institucional](https://nam10.safelinks.protection.outlook.com/?url=https%3A%2F%2Fairport-manaus.com.br%2Fpt-br%2Finstitucional&data=05%7C01%7Cmaria.brito%40mattosfilho.com.br%7C694a8a5acc23487bed7e08dabe984a4a%7C5212d1dc4e1e4d33bb4a8b58144952ce%7C0%7C0%7C638031858635378314%7CUnknown%7CTWFpbGZsb3d8eyJWIjoiMC4wLjAwMDAiLCJQIjoiV2luMzIiLCJBTiI6Ik1haWwiLCJXVCI6Mn0%3D%7C3000%7C%7C%7C&sdata=TT6IDU1TtiMSZONdDNPHdzwWgAXGFOpimIHMnatMwwA%3D&reserved=0)), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário, a B3 e a ANBIMA a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere o Jornal de Publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo para divulgação de suas informações.
  7. **Imunidade de Debenturistas e Tratamento Tributário**
     1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Agente de Liquidação e à Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie a referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor e na Lei 12.431 nos rendimentos de tal Debenturista.
     2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.20.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Agente de Liquidação e ao Escriturador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Agente de Liquidação, pelo Escriturador ou pela Emissora.
     3. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431, sendo que caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista na Cláusula 3.10 acima, dando causa a seu desenquadramento da Lei 12.431, a Emissora será responsável pelo pagamento de multa estabelecida nos termos do artigo 2º, parágrafos 5º, 6º e 7º da Lei 12.431.
     4. Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula 4.20, caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Escritura de Emissão e até a Data de Vencimento das Debêntures, as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431, independente de causa, e/ou na hipótese descrita na Cláusula 4.10.1.4 acima (um “**Evento Tributário**”), a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, optar por: (i) acrescer aos pagamentos devidos sobre as Debêntures os valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores adicionais não fossem incidentes, arcando com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, sendo certo que tais pagamentos aos Debenturistas serão realizados por outros meios externos que não os sistemas da B3; ou (ii) desde que assim autorizado por regulamentação específica, nos termos da Lei 12.431, resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD, conforme o caso, ou em outro prazo que venha a ser definido em comum acordo em referida assembleia, ou, no caso de não instalação da respectiva AGD, na data de tal verificação, pelo Valor Nominal Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios aplicáveis, devidos até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Primeira Data de Integralização da respectiva Série ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, sem a incidência de multa ou prêmio de qualquer natureza.
  8. **Classificação de Risco** 
     1. Foi contratada, inicialmente, como agência de classificação de risco da Oferta, a Fitch Ratings Brasil Ltda. (“**Agência de Classificação de Risco**” ou “**Agência de Rating**”), que atribuirá *rating* às Debêntures, devendo a Emissora observar o disposto na Cláusula 7.1, item (xxviii) abaixo.

1. – RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO TOTAL, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA
   1. **Resgate Antecipado Facultativo**
      1. Observado o disposto na Resolução CMN 4.751, de 26 de setembro de 2019, conforme alterada (“**Resolução CMN 4.751**”), na Lei 12.431 e nas demais legislações e regulamentações aplicáveis, desde que respeitado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data efetiva do resgate antecipado, nos termos do inciso I, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751 e calculado nos termos da Resolução CMN 5.034, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, nos termos dos procedimentos previstos abaixo (“**Resgate Antecipado Facultativo Total**”).
         1. O Resgate Antecipado Facultativo Total da Emissão somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou, publicação de Aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.19 desta Escritura de Emissão, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, B3 e à ANBIMA, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o Resgate Antecipado Facultativo (“**Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo**” e “**Data do Resgate Antecipado Facultativo**” respectivamente), sendo certo que na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (a) a data, que deverá ser um Dia Útil, e o procedimento de Resgate Antecipado Facultativo Total, observada a legislação pertinente, bem como os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (b) a menção ao valor do Resgate Antecipado Facultativo Total, observado o disposto na Cláusula 5.1.1.2 abaixo; e (c) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas e eventualmente necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.
         2. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (A) e (B) abaixo, sendo que, caso (B) seja maior que (A), o prêmio a ser pago pela Emissora será dado pela diferença entre (B) e (A) (“**Prêmio do Resgate**”), conforme aplicável a cada uma das Séries:
2. a parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser resgatado e acrescido (i) dos Juros Remuneratórios das Debêntures devidos desde a primeira Data de Integralização da respectiva Série ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total da respectiva Série; (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures;
3. a soma do Valor Nominal Unitário Atualizado da respectiva Série das Debêntures a ser resgatada, e a dos Juros Remuneratórios das Debêntures da respectiva Série, não pagos, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total até a Data de Vencimento das Debêntures incidente sobre o Valor Nominal Atualizado a ser resgatado, trazido a valor presente até a data do efetivo do Resgate Antecipado Facultativo Total, utilizando-se como taxa de desconto a soma exponencial:

da taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B), de *duration* mais próxima da *duration* das Debêntures na data do resgate, apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo Total, sendo a *duration* calculada com base na seguinte fórmula:



onde:

n = número de pagamentos dos Juros Remuneratórios das Debêntures e/ou amortização;

t = número de Dias Úteis entre a data do Resgate Antecipado Facultativo Total e a data prevista de pagamentos dos Juros Remuneratórios das Debêntures e/ou amortização programados;

FCt = valor projetado de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures e/ou amortização programados no prazo de t dias úteis;

i = taxa de dos Juros Remuneratórios das Debêntures, % a.a., conforme definida na Cláusula 4.11.1 desta Escritura de Emissão.

e, que deverá ser calculada com base na seguinte fórmula, observado que somente as parcelas de amortização e juros que venceriam após a resgate antecipado facultativo total deverão ser consideradas na apuração do valor (B):

onde:

VNek = valor unitário de cada uma das “k” parcelas vincendas das Debêntures, sendo o valor de cada parcela “k” equivalente ao pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da respectiva Série e/ou à amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva Série;

n = número total de parcelas vincendas das Debêntures, conforme o caso, sendo n um número inteiro;

FVPk = fator de valor presente apurado conforme fórmula a seguir, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:



TESOUROIPCA = taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, da Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B), de duration mais próxima à duration das Debêntures na data do resgate;

nk = número de Dias Úteis entre a data do Resgate Antecipado Facultativo Total e a data de vencimento programada de cada parcela “k” vincenda, conforme cronograma abaixo.

CResgate = Fator da variação acumulada do IPCA/IBGE calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado desde a Primeira Data de Integralização da respectiva Série até a data de Resgate Antecipado Facultativo Total.

* + - 1. O Resgate Antecipado Facultativo Total para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados por ela. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, o Resgate Antecipado Facultativo Total será realizado por meio do Escriturador.
      2. Caso a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total coincida com uma Data de Amortização das Debêntures e/ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, o prêmio previsto no item (B) da Cláusula 5.1.1.2 acima deverá ser calculado sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado após o referido pagamento.
      3. O cálculo do Prêmio do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser realizado pela Emissora e validado pelo Agente Fiduciário, em até 01 (um) Dia Útil da realização do respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total.
      4. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.
  1. **Resgate Antecipado Obrigatório** 
     1. Observado o disposto na Resolução CMN 4.751, na Lei 12.431 e nas demais legislações e regulamentações aplicáveis, a Emissora deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures, sendo vedado o resgate antecipado parcial, na ocorrência de: (i) hipótese de não haver acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures, conforme disposto na Cláusula 4.10.1.4; e/ou (ii) exercício da opção de resgate pela Emissora em razão de um Evento Tributário, conforme disposto na Cláusula 4.20.4 (ii) acima (“**Resgate Antecipado Obrigatório**”). Por ocasião do resgate antecipado obrigatório total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Obrigatório, calculado *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização da respectiva Série ou a Data de Pagamentos dos Juros Remuneratórios anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures.
     2. O Resgate Antecipado Obrigatório somente será realizado mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou publicação de Aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.19 desta Escritura de Emissão, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, B3 e à ANBIMA, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o Resgate Antecipado Obrigatório (“**Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório**”), sendo que na referida Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório deverá constar: (a) a data de realização do Resgate Antecipado Obrigatório, que deverá ser um Dia Útil; (b) a menção de que o valor correspondente ao pagamento será o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures , conforme o caso, acrescido de Remuneração, calculada conforme prevista na Cláusula 5.2.1 acima; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório.
     3. O Resgate Antecipado Obrigatório para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados por ela. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, o Resgate Antecipado Obrigatório será realizado por meio do Escriturador.
     4. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.
     5. Não será admitido o resgate antecipado obrigatório parcial das Debêntures.
     6. A B3 e a ANBIMA deverão ser notificadas pela Emissora sobre a realização de resgate antecipado proveniente do Resgate Antecipado Obrigatório com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da efetiva data de sua realização, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário.
  2. **Amortização Extraordinária Facultativa**
     1. As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária facultativa pela Emissora.
  3. **Amortização Extraordinária Obrigatória**
     1. As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária obrigatória pela Emissora.
  4. **Oferta de Resgate Antecipado**
     1. Nos termos do artigo 1º, §1º, inciso II, da Lei 12.431 e da Resolução CMN 4.751, desde que o prazo médio ponderado dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo resgate antecipado seja superior a 4 (quatro) anos, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures (sendo vedada a oferta de resgate antecipado parcial das Debêntures), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo (“**Oferta de Resgate Antecipado**”).
     2. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação individual enviada aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de Aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.19 acima (“**Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado**”) com 30 (trinta) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado, em ambos os casos com cópia para a B3, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) o valor do prêmio de resgate, caso existente; (b) forma de manifestação, à Emissora, pelo Debenturista que aceitar a Oferta de Resgate Antecipado; (c) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (d) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos Debenturistas.
     3. Após o envio ou a publicação da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido à Emissora e formalizar sua adesão no sistema da B3, com cópia para o Agente Fiduciário, até o encerramento do prazo a ser estabelecido no edital de Oferta de Resgate Antecipado, findo o qual a Emissora terá o prazo de 10 (dez) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures (“**Data do Resgate Antecipado Decorrente de Oferta**”), observado que a Emissora deverá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, desde que Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação tenham aderido à Oferta de Resgate Antecipado. Caso o referido quórum não tenha sido atingido, não será realizado o resgate antecipado de nenhuma Debênture.
     4. A Emissora deverá: (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva Data do Resgate Antecipado Decorrente de Oferta; e (b) comunicar ao Agente de Liquidação e à B3 a realização da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva Data do Resgate Antecipado Decorrente de Oferta.
     5. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será realizado por meio da B3, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3 ou por meio do Escriturador, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
     6. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente a, no mínimo, o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização da respectiva Série ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, (ii) dos Encargos Moratórios, (iii) demais encargos eventualmente, devidos e não pagos, até a Data do Resgate Antecipado Decorrente de Oferta, e (iv) se for o caso, de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, que não poderá ser negativo.
     7. Na hipótese de a legislação e/ou regulamentação vigente ser alterada a fim de permitir o resgate antecipado parcial das Debêntures, as Cláusulas 5.2 e seguintes acima que tratam da oferta de resgate antecipado obrigatório passarão a ser interpretadas como sendo uma faculdade da Emissora realizar oferta de resgate total ou parcial das Debêntures, sem que haja necessidade de aditamento da presente Escritura de Emissão.
     8. Exclusivamente no caso da ocorrência do disposto na Cláusula 5.5.7 acima, caso seja ofertado pela Emissora o resgate antecipado parcial das Debêntures e haja uma adesão de Debenturistas detentores de um volume de Debêntures maior que aquele indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado parcial, deverá ser realizado procedimento de sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no artigo 55, parágrafo segundo, inciso “I” da Lei das Sociedades por Ações. Todos os demais procedimentos para a oferta de resgate antecipado parcial das Debêntures seguirão as mesmas disposições previstas nesta Cláusula 5.5 para a Oferta de Resgate Antecipado da totalidade das Debêntures.
  5. **Aquisição Facultativa**
     1. A Emissora poderá, após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da Data de Emissão, nos termos da Lei 12.431, adquirir as Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55, §3º da Lei das Sociedades por Ações, o artigo 13 da Instrução CVM 476 e a Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022 e demais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora (“**Aquisição Facultativa**”).
        1. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, **(i)** ser canceladas, desde que permitido pela legislação e regulamentação em vigor, observado o disposto no artigo 1º, §1º, inciso II, e no artigo 2º, §1º, da Lei 12.431 e na Resolução CMN 4.751; **(ii)** permanecer em tesouraria; ou **(iii)** ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 5.6, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

**5.7. Oferta de Aquisição**

**5.7.1.** Nos termos do artigo 1º, §1º, inciso II, da Lei 12.431 e observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, na Instrução da CVM nº 620, de 17 de março de 2020, (“**Instrução CVM 620**”) e nas regras expedidas pelo CMN, após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, na ocorrência de um pagamento antecipado, total ou parcial, dos montantes tomados pela Emissora junto ao BASA, por meio da Cédula de Crédito Bancário nº 007-21/0024-9 e 007-21/0025-7, no valor de R$ 750.000.000.,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), conforme aditada em 4 de julho de 2022 (“**Financiamento BASA**” e “**Evento de Oferta de Aquisição**” respectivamente), a Emissora deverá realizar uma oferta de aquisição para adquirir as Debêntures, no montante que seja proporcional ao montante pago no âmbito do Financiamento BASA, considerando a totalidade do saldo devedor do Financiamento BASA e das Debêntures em Circulação, excluindo quaisquer prêmios, comissões, penalidades ou indenizações (“**Oferta de Aquisição**”).

**5.7.2.** Na ocorrência de um Evento de Oferta de Aquisição antes do prazo permitido para realização da Oferta de Aquisição pela legislação aplicável, nos termos da Cláusula 5.7.1 acima, os recursos decorrentes de tal evento deverão ser depositados e mantidos em conta vinculada de titularidade da Emissora, a ser aberta oportunamente e cedida fiduciariamente, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

**5.7.3.** Após a ocorrência de um Evento de Oferta de Aquisição, a Oferta de Aquisição deverá ser realizada no dia 15 (quinze) subsequente.

**5.7.4.** Observado o disposto na Cláusula 5.7.3. acima, a Oferta de Aquisição somente será realizada mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou, publicação de Aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.19 desta Escritura de Emissão, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, B3 e à ANBIMA, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar a Oferta de Aquisição (“**Comunicação de Aquisição**”), sendo certo que, na Comunicação de Aquisição deverá constar as informações previstas no parágrafo primeiro, do art. 9º da Instrução CVM 620, incluindo: (a) informações sobre o Evento de Oferta de Aquisição, (b) o volume de Debêntures a serem adquiridas, (c) a menção ao valor do pagamento devido aos Debenturistas e/ou prêmio de aquisição devidos aos Debenturistas; (d) a forma e o prazo de manifestação à Emissora pelos titulares das Debêntures que optarem pela adesão à aquisição, prazo este que deverá ser igual a 5 (cinco) dias contados do Comunicação de Aquisição (“**Prazo de Exercício**”); (e) a data efetiva para a aquisição das Debêntures, que será a mesma para todas as Debêntures, a qual ocorrerá em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do término do Prazo de Exercício (“**Data da Aquisição**”); e (f) demais informações consideradas relevantes pela Emissora para a tomada de decisão pelos titulares das Debêntures e à operacionalização da aquisição das Debêntures dos respectivos titulares que indicaram seu interesse em participar da Oferta de Aquisição.

**5.7.5.** A Emissora deverá, após o término do Prazo de Exercício, comunicar a B3 por meio de correspondência com a anuência do Agente Fiduciário, da realização da aquisição das Debêntures aplicáveis com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da Data da Aquisição.

**5.7.6.** As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta Cláusula poderão: (i) desde que permitido pela regulamentação aplicável, ser canceladas, observado o disposto no artigo 1°, parágrafo 1°, inciso II, da Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos valores de Atualização Monetária das Debêntures e Juros Remuneratórios das demais Debêntures, conforme aplicável.

1. – VENCIMENTO ANTECIPADO
   1. Na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, e observados os respectivos prazos de cura, quando previstos, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, e o Agente Fiduciário deverá, automaticamente e independente de qualquer consulta aos Debenturistas, de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, declarar vencidas as Debêntures, devendo, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando a ciência de tal acontecimento e a exigibilidade do pagamento, pela Emissora, dos valores devidos, observado os termos da Cláusula 6.3 abaixo (“**Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático**”):
2. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Atualizado, dos Juros Remuneratórios e/ou de qualquer das obrigações da Emissora, de pagamento de principal, juros, multas e Encargos Moratórios, previstos nesta Escritura de Emissão, não sanado em 3 (três) Dias Úteis contados de seu descumprimento (incluído);
3. anulação, nulidade, revogação, rescisão, ineficácia ou inexequibilidade integral desta Escritura, de qualquer dos Contratos de Garantia e/ou do ESA, por força de decisão judicial ou arbitral com efeitos imediatos, exceto (a) caso a referida decisão seja revertida ou tenha seus efeitos suspensos no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de seu proferimento ou (b) em caso de anulação, nulidade, revogação, rescisão, ineficácia ou inexequibilidade integral de qualquer dos Contratos de Garantia e/ou do ESA, caso a Emissora apresente, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, nova garantia ou novo compromisso, conforme o caso, em termos e condições similares aos previstos no respectivo Contrato de Garantia ou no ESA, em condições aceitáveis aos Debenturistas, a ser formalizada no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, em substituição àquele Contrato de Garantia que teve, por força de decisão judicial ou arbitral com efeitos imediatos, sua anulação, nulidade, revogação, rescisão, ineficácia ou inexequibilidade integral decretada;
4. ocorrência de (a) liquidação, encerramento das atividades, dissolução, extinção ou decretação de falência da Emissora; (b) pedido de autofalência da Emissora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, não devidamente elidido, no prazo legal aplicável; (d) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (e) ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
5. decretação de vencimento antecipado do Financiamento BASA;
6. transformação da forma societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
7. caso esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e/ou o ESA sejam objeto de questionamento judicial pela Emissora e/ou Acionista;
8. abandono total ou de parte substancial do Projeto;
9. decretação de caducidade seguida da extinção do Contrato de Concessão, nos termos da Cláusula 13.22 do Contrato de Concessão, ou qualquer outra forma de extinção antecipada do Contrato de Concessão, por meio de decisão administrativa não sanada ou revertida, ou cujos efeitos não tenham sido suspensos pela Emissora, administrativa ou judicialmente, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da publicação da respectiva decretação;
10. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou pela Acionista, de obrigações assumidas pela Emissora e/ou pela Acionista (i) nesta Escritura de Emissão; e/ou (ii) nos Contratos de Garantia e/ou no ESA, conforme aplicável, sem a prévia anuência dos Debenturistas, observadas as cessões e/ou transferências de ações permitidas no âmbito dos Contratos de Garantia.
    1. Na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos previstos abaixo (“**Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático**” e, quando referidos em conjunto com as Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, as “**Hipóteses de Vencimento Antecipado**”), o Agente Fiduciário deverá convocar uma AGD, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do referido evento, para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 9.3.5 desta Escritura de Emissão e o quórum específico estabelecido na Cláusula 6.2.1 abaixo, aplicando-se também o disposto na Cláusula 6.2.3 abaixo:
11. não cumprimento de qualquer das obrigações não pecuniárias ou pecuniárias não cobertas pelo item (i), da Cláusula 6.1. acima, da Emissora e/ou da Acionista, conforme aplicável, previstas na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, desde que o descumprimento não seja sanado no prazo de cura específico previsto para tal fim ou, na ausência deste, em até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo inadimplemento, sendo certo que tais prazos não serão cumulativos;
12. não cumprimento pela Acionista com seu compromisso de integralizar o capital da Emissora, conforme previsto no ESA, não sanado em 3 (três) Dias Úteis contados de seu descumprimento (incluído);
13. mudança ou alteração do objeto social da Emissora, de forma a modificar as suas atuais atividades principais, ou a agregar a essas atividades novos negócios, ou a realização, pela Emissora, em caráter preponderante, de operações fora do seu objeto social ou em desacordo com seu estatuto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
14. alteração do percentual de dividendos obrigatórios previsto no estatuto social da Emissora para um montante superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
15. inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que esteja sujeita a Emissora, por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, e que não sejam decorrentes da presente Escritura de Emissão, após o prazo de cura aplicável à referida obrigação no instrumento de que esta decorre, em valor superior a R$ 25.000.000,00 (vinte e cinto milhões de reais), atualizados monetariamente pelo IPCA na menor periodicidade permitida por lei, desde a Data de Emissão;
16. cisão, fusão, incorporação inclusive incorporação de ações da Emissora, ou quaisquer operações de reorganização ou reestruturação societária da Emissora, exceto (a) conforme autorizado na presente Escritura de Emissão; ou (b) caso haja prévia autorização dos Debenturistas;
17. alteração, alienação ou transferência do controle acionário direto ou indireto da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), exceto se (a) decorrente de uma reorganização societária dentro do grupo econômico ao qual a Emissora pertence, e, desde que, em qualquer caso, a Acionista continue como controladora direta ou indireta da Emissora, ou (b) for obtida a prévia anuência dos Debenturistas titulares de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, ou de 2/3 (dois terços) dos Debenturistas presentes, em segunda convocação;
18. não obtenção, quando aplicável, ou não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás ou licenças, inclusive as socioambientais da Emissora, relevantes e necessárias à implantação e operação do Projeto e, exceto se (a) a referida não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão for curada no prazo de até 90 (noventa) dias após a sua ocorrência; ou (b) se tais autorizações, licenças ou outorgas se encontrem em regular processo de obtenção, regularização e/ou renovação, nos termos da legislação aplicável, sem comprometimento imediato da prestação dos serviços essenciais; ou (c) em relação aos alvarás de funcionamento (ou documento equivalente), emitidos pelo órgão competente, sua não obtenção até a **Declaração de Conclusão Físico-Financeira do Projeto**, sendo certo que após a **Declaração de Conclusão Físico-Financeira do Projeto**, a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão dos referidos alvarás de funcionamento será considerada Hipótese de Vencimento Antecipado nos termos desta cláusula caso não seja curada no prazo de até 90 (noventa) dias após a sua ocorrência, exceto se estiver em curso regular de renovação e/ou de regularização nos termos da legislação aplicável;
19. abandono, cessação, interrupção ou paralisação da implementação, execução e/ou operação de qualquer dos aeroportos do Projeto, por qualquer motivo, desde que tal evento configure um Efeito Adverso Relevante, exceto (a) caso o evento seja curado até em 45 (quarenta e cinco) dias, ou (b) em caso de interrupção ou paralisação, se tal interrupção ou paralisação for permitida nos termos do Contrato de Concessão;
20. decretação de caducidade ou encampação do Contrato de Concessão, por meio de decisão administrativa não sanada ou revertida, ou cujos efeitos não tenham sido suspensos pela Emissora, administrativa ou judicialmente, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da publicação da respectiva decretação;
21. rescisão amigável ou relicitação do Contrato de Concessão, sem prévia anuência dos Debenturistas;
22. demonstração de falsidade na data em que for prestada, desde que imputável à Emissora, de qualquer declaração feita pela Emissora nos documentos da Oferta, incluindo esta Escritura e os Contratos de Garantia, ou demonstração de inveracidade, inconsistência, incompletude, insuficiência ou omissão, em seus aspectos relevantes, de tais declarações, na data em que forem prestadas pela Emissora, exceto se referido fato, evento ou circunstância tenha sido curado, corrigido ou de outra forma remediado de forma satisfatória aos Debenturistas, no prazo de 30 (trinta) dias a partir: (1) da data de conhecimento pela Emissora ou data em que esta deveria ter o conhecimento; ou (2) do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, o que ocorrer primeiro;
23. a partir da Data de Emissão, a contratação pela Emissora de endividamento junto a instituições financeiras ou de captação de recursos em mercado de capitais, exceto pelas Dívidas Permitidas, conforme aplicável. Para fins desta Escritura de Emissão, entende-se como “**Dívidas Permitidas**” as dívidas contraídas no âmbito: (a) da 1ª (primeira) emissão de debêntures pela Emissora, realizada em 13 de setembro de 2021, de acordo com o *“Instrumento Particular da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.”* (“**Empréstimo Ponte**”), que será integralmente repago com os recursos obtidos através do Financiamento BASA e desta Emissão; (b) o Financiamento BASA; (c) a presente Emissão; (d) a contratação das cartas de fiança bancárias em garantia do Financiamento BASA ou em substituição da obrigação de preencher as contas de reserva do BASA ou dos Debenturistas, ou de contragarantias que venham a ser contratadas junto a instituições financeiras ou seguradoras em favor das contrapartes no âmbito dos Contratos Materiais do Projeto; (e) após a Declaração de Conclusão Físico-Financeira do Projeto, novas dívidas contraídas pela Emissora destinadas a financiar novos investimentos nos aeroportos do Projeto, não compreendidos por esta Emissão e pelo Financiamento BASA, em conjunto ou isoladamente em montante de até R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) (ou valor maior, desde que aprovado previamente pelos Debenturistas), atualizado monetariamente na menor periodicidade permitida por lei, pela diferença positiva entre (i) o IPCA apurado no período entre 1º de janeiro de 2023, inclusive, e o ano da respectiva nova dívida, exclusive; e (ii) a premissa de inflação daquele mesmo período, utilizada na modelagem financeira do Projeto para aquele ano, conforme **Anexo X,** ) sempre e desde que (e.1) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Mínimo Projetado, conforme calculado até o final da Concessão, pelo auditor contábil da Emissora, com base em demonstrações financeiras auditadas, em instrumento apartado a ser entregue ao Agente Fiduciário, de acordo com os critérios do **Anexo IV**, seja, no mínimo, 1,3x (um inteiro e três décimos), e (e.2) tal contratação não reduza a mais recente classificação de risco (*rating*) atribuída à Emissão, anteriormente à nova captação de dívida ("**Dívidas Complementares**”); e (f) os empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material, em valor igual ou inferior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), cumulativamente, atualizado monetariamente na menor periodicidade permitida por lei, pelo IPCA a partir de janeiro de 2026 ou valor maior, desde que aprovado previamente pelos Debenturistas;
24. se a Emissora tiver títulos de sua responsabilidade protestados por quaisquer dos motivos legais cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$ 25.000.000,00 (vinte e cinto milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão, exceto se (i) no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados do respectivo protesto, tiver sido validamente comprovado que o protesto foi cancelado, ou se (ii) no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de intimação para pagamento, a Emissora comprovar ao Agente Fiduciário que: (1) foi apresentada e aceita garantia em juízo; ou (2) o valor foi depositado em juízo em até 30 (trinta) dias;
25. não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão judicial ou arbitral definitiva e irrecorrível, de natureza condenatória, contra a Emissora, em valor superior a R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais, atualizados monetariamente pelo IPCA desde a Data de Emissão;
26. a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;
27. alienação, transferência, cessão, oneração ou disposição, de qualquer forma, a qualquer tempo, de direitos e de quaisquer bens ou ativos necessários à implantação e/ou à continuidade operacional do Projeto em desacordo com o disposto nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, sem prévia autorização dos Debenturistas; e/ou constituição e/ou prestação, pela Emissora, de quaisquer ônus, gravames, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade, conforme aplicável, da Emissora, que prejudique a implantação e/ou a continuidade operacional do Projeto e que seja realizada em benefício de qualquer terceiro, excetuando-se (a) alienações, transferências, cessões, onerações ou disposição no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade *leasing* operacional, devidamente formalizadas por meio de instrumento contratual), em valor individual ou agregado não superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado monetariamente pelo IPCA na menor periodicidade permitida por lei, a partir da Data de Emissão; (b) alienações ou onerações decorrentes de leis ou normativos setoriais, que não causem ou possam causar um Efeito Adverso Relevante; (c) onerações decorrentes de determinação judicial que não causem ou possam causar um Efeito Adverso Relevante, sendo certo que os itens (b) e (c) não serão aplicáveis ao objeto das Garantias Reais; (d) os Contratos de Garantias; (e) ônus decorrentes dos Contratos de Garantia, que venham a ser sub-rogados em favor das instituições financeiras emissoras das cartas de fiança bancária em garantia do Financiamento BASA, ou em substituição à obrigação de preencher as contas reserva do BASA e/ou das Debêntures; (f) em favor dos credores das Dívidas Permitidas, sendo certo que as garantias a serem prestadas no âmbito das Dívidas Complementares serão objeto de compartilhamento pelos Credores Seniores e os credores das Dívidas Complementares na proporção dos seus créditos; e/ou (g) garantias exigidas para garantir as obrigações da Emissora no âmbito dos Contratos Materiais do Projeto (os itens (a) a (g), os “**Ônus Permitidos**”);
28. sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação ou qualquer outra medida adotada por autoridade governamental de modo a adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos do Projeto;
29. se a Emissora não reconstituir o saldo mínimo, não entregar carta(s) de fiança(s) garantindo tal saldo mínimo ou não depositar os recursos suficientes para manutenção do saldo mínimo da Conta Reserva Debêntures, conforme definido e previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, após o recebimento de notificação que ateste o inadimplemento no prazo de cura e na forma estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária;
30. redução do capital social da Emissora, sem prévia anuência dos Debenturistas, exceto: **(1)** a qualquer tempo, em caso de redução do capital social subscrito e não integralizado da Emissora, cancelamento e/ou recompra de ações não integralizadas, desde que tal redução, cancelamento ou recompra não prejudique ou possa prejudicar o regular cumprimento do ESA; e **(2)** após a Data de Conclusão Físico-Financeira do Projeto, em caso de redução do capital social que observe, cumulativamente, as seguintes condições: (2.a) após a redução, o capital social integralizado da Emissora deverá ser de, no mínimo, R$178.157.912,94 (cento e setenta e oito milhões, cento e cinquenta e sete mil, novecentos e doze reais e noventa e quatro centavos), ou outro valor aprovado pela ANAC; (2.b) o atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo, 1,30x (um inteiro e trinta centésimos), no exercício imediatamente anterior ao evento de redução ou, alternativamente, no período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao evento da redução, e, em qualquer caso, no qual tenha havido o pagamento de 2 (duas) parcelas de Amortização das Debêntures e de 12 (doze) parcelas de amortização do Financiamento BASA, calculado com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas da Emissora, conforme metodologia de cálculo constante no **Anexo I**; e (2.c) não esteja em curso qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado;
31. inclusão em acordo societário ou estatuto social da Emissora de dispositivo que importe ou possa importar, comprovadamente, em prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras da Emissora estabelecidas nesta Escritura de Emissão;
32. distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado da Emissora, com base nas demonstrações financeiras auditadas do exercício anterior, salvo se verificado, cumulativamente, (a) a Conclusão Físico-Financeira do Projeto; (b) que tal distribuição e/ou pagamento seja(m) realizado(s) observando os termos do Contrato de Cessão Fiduciária; (c) o atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo, 1,30x (um inteiro e trinta centésimos), no exercício imediatamente anterior ao evento da distribuição de dividendos ou, alternativamente, no período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao evento da distribuição de dividendos, e, em qualquer caso, no qual tenha havido o pagamento de 2 (duas) parcelas de Amortização das Debêntures e de 12 (doze) parcelas de amortização do Financiamento BASA, calculado com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas da Emissora, preparadas pela Emissora, conforme metodologia de cálculo constante no **Anexo I**; e (d) não esteja em curso qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado;
33. vencimento antecipado de quaisquer obrigações a que esteja sujeita a Emissora, por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, e que não sejam decorrentes da presente Escritura de Emissão, não remediado no prazo de cura aplicável à referida obrigação no instrumento de que esta decorre, que representem montante individual ou agregado superior a R$ 25.000.000,00 (vinte e cinto milhões de reais), atualizados monetariamente pelo IPCA na menor periodicidade permitida por lei, desde a Data de Emissão;
34. aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.10 desta Escritura de Emissão;
35. inscrição no cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo devidamente comprovado por auto de infração expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego MTE e/ou processo judicial transitado em julgado, em nome da Emissora não sanada em 30 (trinta) dias, exceto nos casos que sejam questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
36. destruição total ou de parte substancial (perda total) do Projeto, que torne inviável sua implementação, desde que, em caso de destruição, os danos não sejam completa e integralmente cobertos por cobertura de seguros aplicáveis e/ou por quaisquer outros fundos adicionais;
37. inclusão da Emissora na lista oficial de embargos emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, desde que não remediada em 30 (trinta) dias contados da data em que a Emissora tomar conhecimento da inclusão;
38. condenação por descumprimento da legislação de crimes ambientais ou de leis de combate à discriminação de raça e de gênero, à exploração de trabalho infantil, à prostituição ou ao trabalho em condições análogas à de escravo (“**Legislação de Proteção Socioambiental**”), conforme sentença condenatória transitada em julgado contra a Emissora;
39. condenação por descumprimento de legislação ambiental brasileira aplicável, assim como de segurança e medicina do trabalho definidas nas normas regulamentadoras da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, exceto em caso de condenação (a) cujos efeitos tenham sido suspensos pela autoridade competente, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, ou (b) que não cause ou possa causar um Efeito Adverso Relevante;
40. rescisão ou resilição, ou qualquer outra forma de decretação de extinção antecipada de qualquer dos Contratos de Construção, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária, que não seja remediado em até 90 (noventa) dias, incluindo mediante celebração de novos instrumentos contratuais com efeitos semelhantes e/ou correspondentes aos anteriores;
41. existência de decisão judicial, transitada em julgado, contra a Emissora, ou seus administradores agindo em nome da Emissora, relacionados a prática de atos de corrupção, tais como, mas não se limitando a, oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com o Projeto, ou atos lesivos à administração pública, tais como, mas não se limitando a, infrações ou crimes contra as ordens econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, incluindo em licitações e contratos administrativos, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional.

**6.2.1.** Na AGD de que trata o *caput* da Cláusula 6.2 acima, poderá se decidir por declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, caso aprovado por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em Circulação em primeira ou segunda convocação, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

**6.2.2.** Na hipótese de: (i) não instalação, em segunda convocação, da assembleia geral mencionada na Cláusula 6.2.1 acima, por falta de quórum; ou (ii) em caso de suspensão dos trabalhos na assembleia geral em questão para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão.

**6.2.3.** Caso a Emissora forneça ao Agente Fiduciário, até a realização da AGD indicada no *caput* da Cláusula 6.2 acima, provas documentais suficientes de que a respectiva Hipótese de Vencimento Antecipado Não-Automático foi sanada nos termos expressamente permitidos por essa Escritura para as referidas situações, a AGD indicada no *caput* da Cláusula 6.2 acima será cancelada, e, portanto, não haverá uma AGD para deliberar a declaração ou não do vencimento antecipado das Debêntures.

**6.3.** Na ocorrência de decretação do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora, obriga-se a pagar a totalidade das Debêntures, em até 5 (cinco) Dias Úteis (observado que a B3 será comunicada imediatamente após a declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures) contados da data de decretação do vencimento antecipado, com o seu consequente cancelamento, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração, *calculada pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização da respectiva Série ou datas de pagamentos dos Juros Remuneratórios imediatamente anteriores, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

1. – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA
   1. **Obrigações de fazer**. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na legislação e regulamentação aplicáveis, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:
2. enviar à B3 as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer de auditores independentes registrados na CVM;
3. fornecer ao Agente Fiduciário:
   1. no prazo de até 90 (noventa) dias contado da data de encerramento de cada exercício social, ou no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data da divulgação efetiva das demonstrações financeiras, a que ocorrer primeiro, (a.1) cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas relacionadas ao exercício social relevante, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes registrados na CVM, elaboradas de acordo com os princípios contábeis determinados pelas leis e regulamentos em vigor, e (a.2) uma declaração assinada pelos representantes legais da Emissora, de acordo com seus respectivos estatutos, certificando: (a.2.1) que as disposições contidas na Escritura de Emissão permanecem válidas; (a.2.2) a não ocorrência e continuação de qualquer um dos eventos de inadimplemento e inexistência de descumprimento das obrigações da Emissora com os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (a.2.3) que seus bens foram mantidos devidamente segurados, conforme **Anexo II** (*Seguros*); (a.2.4) não ocorrência de qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social; e (a.2.5) a regularidade socioambiental do Projeto, com menção expressa à validade de todas as licenças, concessões, autorizações, alvarás e aprovações, relevantes e necessárias à operação de todos os aeroportos do Projeto, aplicáveis ao estágio do Projeto, à época ou justificativa acerca de eventual ausência de qualquer documento aplicável;
   2. cópia dos anúncios aos Debenturistas, fatos relevantes conforme definidos na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme em vigor ("**Resolução CVM 44**"), e atas de assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração da Emissora que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado de sua publicação ou, se não publicados, a partir da data de ocorrência, conforme o caso;
   3. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a ocorrência do evento, informações ao Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause ou possa causar um efeito adverso relevante sobre (i) a situação econômica ou financeira da Emissora, seus negócios, atividades, bens, ativos e/ou resultados de operações, incluindo a Concessão, que comprometa a capacidade da Emissora de cumprir as obrigações assumidas pela mesma nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, ou (ii) a validade, eficácia e executoriedade da presente Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia (“**Efeito Adverso Relevante**”);
   4. dentro do prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados de sua ciência do fato, informações sobre: (i) no âmbito do Projeto, a ocorrência de dano ambiental em violação à legislação ambiental; ou (ii) recebimento de citação formal acerca de decisão proferida em qualquer processo administrativo ou judicial de natureza socioambiental (incluindo trabalho escravo e infantil) em face da Emissora;
   5. em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da ciência ou notificação, conforme o caso, informações relacionadas a comunicações, exigências ou intimações acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial que possa resultar no desenquadramento do Projeto como prioritário, nos termos da Lei 12.431;
   6. o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários para a elaboração e divulgação do relatório anual de acordo com a Resolução CVM 17, que possam ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais serão devidamente encaminhados pela Emissora até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo estabelecido para a divulgação de tal relatório. O organograma do grupo empresarial da Emissora no relatório divulgado incluirá controladores, controladas, subsidiárias, controle comum, coligadas, afiliadas e membros do bloco de controle no encerramento de cada exercício social;
   7. no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis da data de solicitação, qualquer informação ou esclarecimento que possa ser razoavelmente solicitado por escrito pelo Agente Fiduciário;
   8. a via original, ou versão com chancela eletrônica, dos atos e reuniões dos Debenturistas que integrem a Emissão arquivados na JUCEA;
4. comunicar e fornecer informações ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado do conhecimento da Emissora;
5. não realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento ou do cancelamento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
6. cumprir com todas as leis e regulamentos em relação a sanções, inclusive embargos ou medidas restritivas, comerciais, econômicas ou financeiras, administradas, promulgadas ou aplicadas pelo (a) Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas; (b) os Estados Unidos da América; (c) o Reino Unido; (d) a União Europeia; (e) qualquer estado membro da União Europeia (incluindo sem limitação, os Países Baixos); e (f) os governos, instituições ou agências de quaisquer dos itens (a) a (e) acima, incluindo, sem limitação o *Office of Foreign Assets Control - OFAC* e o *U.S. Department of* *State* dos Estados Unidos da América e o *HM Treasury* do Reino Unido (assim entendidos como “**Autoridade Sancionadora**”), conforme aplicáveis à Emissora;
7. cumprir com toda a Legislação de Proteção Socioambiental, sendo certo que eventual descumprimento não será considerado isoladamente como Hipótese de Vencimento Antecipado Não-Automático nos termos da Cláusula 6.2, item (i) até que seja proferida uma decisão judicial transitada em julgado condenando a Emissora sobre tal descumprimento;
8. cumprir com toda a legislação vigente aplicável ao Projeto, incluindo a legislação ambiental brasileira aplicável, assim como de segurança e medicina do trabalho definidas nas normas regulamentadoras da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, monitorando suas atividades e adotando sempre que aplicável as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos apurados, especialmente aqueles ao meio ambiente ou à segurança ou saúde de seus trabalhadores, sendo certo que eventual descumprimento que: não caracterize violação grave, reiterada ou com impacto sobre um número significativo de trabalhadores, de norma de segurança e medicina do trabalho; e não cause ou possa causar um Efeito Adverso Relevante, não será considerado, isoladamente, como Hipótese de Vencimento Antecipado nos termos da Cláusula 6.2, item (i), acima;
9. cumprir todas as ordens emanadas de autoridades competentes, tais como a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, o Comando da Aeronáutica - COMAER e Ministério de Infraestrutura, exceto nos casos questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, sendo certo que eventual descumprimento que não possa razoavelmente gerar um Efeito Adverso Relevante não será considerado, isoladamente, como Hipótese de Vencimento Automático nos termos da Cláusula 6.2, item (i), acima;
10. não realizar qualquer intervenção com os recursos captados através da presente Emissão sem obter as licenças, concessões, autorizações, alvarás e aprovações à época necessárias, ou em desacordo com aquelas obtidas, exceto se tais autorizações, licenças ou outorgas se encontrem em processo de obtenção, regularização e/ou renovação, sem comprometimento imediato da prestação dos serviços essenciais, ou se a inconformidade for curada no prazo de até 90 (noventa) dias após a sua ocorrência, monitorando suas atividades e adotando sempre que aplicável as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos apurados;
11. enviar ao Agente Fiduciário, cópias de novas licenças prévias, licenças de instalação e/ou licenças de operação existentes referentes ao Projeto em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da sua emissão;
12. contratar e manter contratados (incluindo as eventuais renovações), quando aplicável, as Apólices de Seguros, em montantes, limites e coberturas de risco e de responsabilidade consistentes com os padrões das apólices de seguro listados no **Anexo II**;
13. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, da B3 e da ANBIMA inclusive mediante envio de documentos;
14. pagar em dia e quitar todas as obrigações de natureza previdenciária, ambiental trabalhista, tributária (municipal, estadual e federal), encargos ou emolumentos públicos incidentes sobre a Emissora, seus resultados ou lucros ou sobre qualquer de seus bens, que estejam atualmente em vigor ou que, porventura, venham a ser instituídos, exceto (a) no caso de tributos federais, por aqueles cuja aplicação esteja sendo questionada de boa-fé pela Emissora nas esferas administrativa e/ou judicial e esteja com sua exigibilidade suspensa; (b) no caso das demais obrigações mencionadas neste inciso, pelos tributos, encargos ou emolumentos públicos que não possam razoavelmente resultar, individualmente ou em conjunto, em um Efeito Adverso Relevante ou cuja aplicação esteja sendo questionada de boa-fé pela Emissora nas esferas administrativa e/ou judicial e esteja com sua exigibilidade suspensa;
15. manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil;
16. cumprir e/ou fazer cumprir, por si e quaisquer de suas controladas e/ou diretores e membros de conselho de administração (“**Representantes**”) da Emissora, e empregar seus melhores esforços para que os Representantes de suas controladas, cumpram e/ou façam cumprir toda e qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra a prática de corrupção, crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (conforme definido na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986), crimes contra o mercado de capitais, atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, ou o financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira, conforme aplicável, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e, na medida em que aplicáveis à Emissora, a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *UK Bribery Act,* conforme aplicável à Emissora (“**Leis Anticorrupção**”), devendo (a) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Leis Anticorrupção; (b) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais que venham a se relacionar com os Debenturistas e que sejam considerados como expostos a riscos de corrupção, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura de Emissão; (c) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, dos Debenturistas; e (d) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas e que cause ou possa causar um Efeito Adverso Relevante, comunicar imediatamente aos Debenturistas;
17. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e desde que seja obtido o efeito suspensivo, conforme aplicável, sendo certo que eventual descumprimento que não cause ou possa causar um Efeito Adverso Relevante não será considerado, isoladamente, como Hipótese de Vencimento Antecipado nos termos da Cláusula 6.2, item (i), acima;
18. abster-se, até a Comunicação de Encerramento da Oferta, de (a) divulgar ao público informações referentes à Emissão e/ou à Oferta, exceto em relação às informações divulgadas ao mercado no curso normal das atividades da Emissora, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida, incluindo, mas não se limitando, ao disposto no artigo 48 da Instrução da CVM n.º 400, de 20 de dezembro de 2013, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”); (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão; e (c) negociar valores mobiliários de sua emissão, salvo nos termos previstos no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
19. contratar e manter contratados durante o período de duração das Debêntures, às custas da Emissora, prestadores de serviços inerentes às obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, o Agente de Liquidação, o Escriturador, o Agente Fiduciário, auditores e o sistema de negociação de Debêntures no mercado secundário através da CETIP21, solicitando o consentimento dos Debenturistas por meio do Agente Fiduciário para a mudança de qualquer um dos prestadores de serviços acima mencionados;
20. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, não feita pelo Agente Fiduciário, de qualquer AGD, bem como do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida na referida AGD;
21. convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário, devendo fazer, não o faça no prazo aplicável;
22. comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
23. não realizar qualquer aditamento ou alteração nos Contratos Materiais do Projeto que (a) causem um aumento nos custos e despesas do Projeto, de forma individual ou cumulativa, em valor superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) atualizados monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA desde a Data de Emissão; (b) prorrogue data(s) de marco(s) de conclusão por cada aeroporto que impliquem em atraso da Fase 1-B para data posterior a 31 de março 2025, salvo se aprovado pela ANAC; (c) altere as Garantias Fidejussórias dos Contratos de Construção (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e/ou as suas respectivas cláusulas de forma a diminuí-las, excluí-las/liberá-las; ou (d) altere penalidades e multas, de forma a diminuí-las ou excluí-las, imputadas às contratadas, bem como qualquer redução de limite de responsabilidade da contratada, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
24. não realizar, sem a anuência prévia e expressa dos Debenturistas, pagamentos de qualquer natureza a pessoas jurídicas integrantes do grupo econômico da Emissora (inclusive aquelas sem finalidade lucrativa) ou pessoas físicas com influência significativa sobre a Emissora (“**Partes Relacionadas**”), inclusive o pagamento das operações de mútuo, com exceção (a) das operações já existentes à data de celebração desta Escritura de Emissão, no valor de até R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), (b) das operações autorizadas por meio desta Escritura de Emissão, (c) de pagamentos devidos pela Emissora no âmbito dos Contratos Materiais do Projeto, (d) de Acordo(s) de Prestação de Serviços Técnicos e de Administração (*Management / Technical Services Agreement* (s)), e dos contratos de propriedade intelectual (*trademark*) celebrados pela Emissora que não sejam, isoladamente ou em conjunto, superiores a 4,0% (quatro  por cento) da Receita Operacional Bruta da Emissora em dado exercício, desde que garantidos preços de mercado (*arm’s length terms*), conforme certificado por representante legal da Emissora, sendo certo que tais pagamentos somente poderão ser realizados caso não haja um Evento de Retenção Extraordinário em curso (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), sendo certo que, caso esteja em curso um Evento de Retenção Extraordinário, qualquer pagamento (acima ou abaixo do percentual acima mencionado) somente poderá ser realizado desde que autorizado pelos Debenturistas, para qual o Agente Fiduciário deverá convocar uma AGD, nos termos da Cláusula 9.3, abaixo, para deliberar acerca da autorização para a realização dos referidos pagamentos, pela Emissora, sendo certo que, caso não haja instalação, em primeira ou segunda convocação, da AGD em até 30 (trinta) dias, após a solicitação da Emissora para realização do referido pagamento, tal pagamento será entendido como aprovado tacitamente pelos Debenturistas, (e) de contrato(s) de compartilhamento de custos e compras celebrado com a Concessionaria do Aeroporto de Salvador S.A., que não seja(m), isoladamente ou em conjunto, superior(es) a 6,0% (seis por cento) da Receita Operacional Bruta da Emissora em dado exercício, exceto durante o período da construção com um montante adicional (ao 6% da Receita Operacional Bruta) para custos não superiores a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e para despesas capitalizadas, sendo certo que tais pagamentos deverão ser realizados sem a inclusão de margem e a preços comprovadamente de mercado (*arm’s length terms*), conforme certificado por representante legal da Emissora, aferindo a necessidade do gasto/custo/investimento para a Emissora e os preços de mercado; e (f) reembolso dos custos à Acionista para emissão de garantias, que não sejam, isoladamente ou em conjunto, superiores a 2,0% (dois por cento) do valor garantido, desde que garantidos preços de mercado (*arm’s length terms*), conforme certificado por representante legal da Emissora;
25. não praticar atos que caracterizem assédio moral ou sexual, sendo certo que eventual descumprimento não será considerado, isoladamente, como Hipótese de Vencimento Antecipado Não-Automático, nos termos da Cláusula 6.2, item (i) acima até que seja proferida uma decisão judicial transitada em julgado condenando a Emissora sobre tal descumprimento;
26. observar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência, em especial na Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativas e/ou judiciais, sendo certo que tal obrigação não será considerada descumprida caso (a) esteja pendente de recurso qualquer ação judicial relativa ao tema; (b) eventual reparação imposta transitada em julgado esteja sendo cumprida, e a não-conformidade objeto da condenação imposta tenha sido ou esteja sendo sanada; ou (c) a não-conformidade decorra de fatos ou atos anteriores à transferência das operações dos aeroportos do Projeto para a Emissora e sua regularização se dê até o fim da fase I-B do Projeto, conforme definida no Contrato de Concessão;
27. não constituir quaisquer subsidiárias e/ou controladas, sob qualquer forma societária, nem adquirir participação direta ou indireta em qualquer sociedade que envolvam o Projeto, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;
28. ressarcir os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário, conforme aplicável, independentemente de dolo ou culpa, de qualquer quantia que estes sejam compelidos a pagar em razão de dano ambiental decorrente da atividade da Emissora, bem como a indenizar os Debenturistas por qualquer dano direto que estes venham a sofrer em decorrência do referido dano ambiental, exceto na hipótese de (a) culpa grave ou dolo do Agente Fiduciário e/ou dos Debenturistas, ou (b) tenha incorrido em decorrência de descumprimento pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas de obrigação legal, desde que referido descumprimento não decorra de ação ou omissão da Emissora em desacordo com suas obrigações legais e/ou assumidas nos termos da presente Escritura de Emissão;
29. contratar e manter contratada a Agência de Rating para realizar a classificação de risco (rating) das Debêntures da presente Emissão devendo, ainda, (a) manter uma agência de classificação de risco contratada durante todo o prazo de vigência das Debêntures; (b) manter, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures, classificação de risco (*rating*) publicada e vigente, a fim de evitar que as Debêntures fiquem sem rating por qualquer período, (c) permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (d) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora. Caso a agência de classificação de risco que esteja divulgando à época a classificação de risco das Debêntures cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (1) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor’s Ratings do Brasil Ltda., a Fitch Ratings Brasil Ltda ou a Moody’s América Latina Ltda.; ou (2) notificar o Agente Fiduciário e convocar AGD dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, para que os Debenturistas definam a agência de classificação de risco substituta;
30. apurar e informar ao Agente Fiduciário anualmente, até 30 (trinta) de março de cada ano, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD relativo ao exercício fiscal findo em 31 (trinta e um) de dezembro do ano anterior, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas por auditor independente cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Esta obrigação se iniciará a partir do ano de 2027 referente ao exercício social encerrado em 31 (trinta e um) de dezembro de 2026 e perdurará até a Data de Vencimento das Debêntures;
31. na hipótese de não ser atingido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo, 1,3x (um inteiro e três décimos), no exercício imediatamente anterior, calculado conforme metodologia de cálculo constante no **Anexo I** e com base nas demonstrações financeiras da Emissora auditadas por auditor independente cadastrado na CVM, a Emissora obriga-se a aplicar recursos, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da comunicação por escrito do Agente Fiduciário a respeito de tal não atingimento, na Conta Reserva Debêntures (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), de forma que o saldo da referida conta corresponda ao valor equivalente às 2 (duas) parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescidas da Remuneração projetada, imediatamente vincendas, ou, alternativamente, e a critério da Emissora, apresentar carta(s) de fiança bancária em favor dos Debenturistas, garantindo volume equivalente ao incremento de saldo a ser depositado na Conta Reserva Debêntures, nas condições descritas neste item, exceto caso seja comprovado pela Emissora o reestabelecimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo, 1,3x (um inteiro e três décimos), com base em novas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente cadastrado na CVM, considerando como base de cálculo um período de 12 (doze) meses de amortização do Financiamento BASA, e nos quais tenha havido, igualmente, o pagamento de 2 (duas) parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescida da Remuneração projetada, conforme metodologia de cálculo do **Anexo I**;
32. manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
33. exclusivamente com relação à Emissora, sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, cumprir as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, a saber:
    1. preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
    2. submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
    3. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
    4. manter os documentos mencionados na letra “c” acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
    5. observar as disposições da Resolução CVM 44 aplicáveis no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
    6. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Resolução CVM 44, comunicando este fato imediatamente ao Agente Fiduciário;
    7. fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela B3; e
    8. em até 7 (sete) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação, ou prazo superior acordado entre as Partes, fornecer qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos previstos na presente Escritura de Emissão.
34. não utilizar ou realizar qualquer intervenção em áreas indígenas que porventura estejam localizadas nos perímetros dos aeroportos do Projeto sem (i) manifestação do IBAMA, (ii) manifestação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, e (iii) prévia e esclarecida consulta à(s) respectiva(s) população(ões) indígena(s), realizada pelo órgão estatal competente e quando o respectivo órgão entender necessária tal consulta; exceto em casos urgentes, se estritamente necessário para garantia da segurança aeroportuária, devendo a Emissora, em qualquer caso, zelar pela integridade e respeito aos costumes da(s) comunidade(s) indígena(s) e comunicar imediatamente a intervenção à FUNAI;
35. estabelecer, dentro de 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Emissão, política e procedimentos específicos para relacionamento com populações indígenas localizadas a menos de 10 (dez) quilômetros de quaisquer dos aeroportos do Projeto, desde que em território brasileiro.
    * 1. A Emissora declara, ainda, ter plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM, observado o disposto no item “I” da Deliberação CVM 864, de 28 de julho de 2020, que suspendeu até 31 de outubro de 2020, a eficácia do artigo 9º da Instrução CVM 476.
36. – AGENTE FIDUCIÁRIO
    1. **Nomeação do Agente Fiduciário**
       1. A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.
    2. **Declaração do Agente Fiduciário**
       1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:
37. não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 4º da Resolução CVM 17, para exercer a função que lhe é conferida;
38. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
39. conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
40. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
41. estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
42. estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
43. ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
44. que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
45. que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
46. que atuou como agente fiduciário em outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora, ou por sociedade coligada, controlada, controladora e/ou integrante do mesmo grupo da Emissora:

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora:** CONCESSIONARIA DOS AEROPORTOS DA AMAZONIA S/A | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 1 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 475.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 475.000 |
| **Espécie:** QUIROGRAFÁRIA COM ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA | |
| **Data de Vencimento:** 30/11/2022 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 1,43% a.a. na base 252. | |
| **Atualização Monetária:** Não há. | |
| **Status:** ATIVO | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora:** CONCESSIONARIA DOS AEROPORTOS DA AMAZONIA S/A | |
| **Ativo:** Debênture | |
| **Série: 2** | **Emissão:** 1 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 125.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 125.000 |
| **Espécie:** QUIROGRAFÁRIA COM ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA | |
| **Data de Vencimento:** 30/11/2022 | |
| **Taxa de Juros:** 100% do CDI + 1,43% a.a. na base 252. | |
| **Atualização Monetária:** Não há. | |
| **Status:** ATIVO | |

1. assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1° do artigo 6º da Resolução CVM 17, tratamento equitativo aos Debenturistas;
2. a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e
3. que verificou a consistência das informações contidas nesta Escritura de Emissão, por meio das informações e documentos fornecidos pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não efetuou qualquer tipo de verificação independente ou adicional da consistência das declarações da Emissora ora prestadas.
   * 1. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento das Debêntures, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.
     2. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas nos termos desta Escritura de Emissão e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas e/ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Resolução CVM 17 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não decorra da legislação aplicável.
     3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
     4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado em AGD.
   1. **Substituição do Agente Fiduciário**
      1. Nas hipóteses de impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.
      2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.
      3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário está sujeita (a) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 4º da Resolução CVM 17; e (b) a eventuais normas posteriores.
      4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, que deverá ser arquivado na JUCEA, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de assinatura.
      5. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.
      6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito emanados da CVM.
   2. **Obrigações do Agente Fiduciário**
      1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem obrigações do Agente Fiduciário:
4. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
5. exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os Debenturistas;
6. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens;
7. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação da AGD para deliberar sobre sua substituição;
8. conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
9. verificar a veracidade das informações relativas às garantias e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
10. diligenciar junto à Emissora para que a Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos sejam registrados nos órgãos competentes, adotando no caso da omissão da Emissora as medidas eventualmente previstas em lei;
11. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias da Emissora, alertando os Debenturistas no relatório anual de que trata o inciso “xvii” abaixo acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
12. opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
13. verificar a regularidade da constituição das Garantias, observado o disposto nesta Escritura de Emissão, observando, ainda, a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
14. examinar proposta de substituição de bens dados em garantia, manifestando sua opinião a respeito do assunto de forma justificada;
15. intimar, conforme o caso, o emissor, o cedente, o garantidor ou o coobrigado a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, observado o disposto em cada Contrato de Garantia;
16. solicitar, quando considerar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede ou domicílio da Emissora;
17. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
18. convocar, quando necessário, a AGD;
19. comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
20. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
    1. cumprimento pela Emissora das suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento, inclusive quanto à regularidade socioambiental do Projeto, conforme previsto nas Cláusulas 3.10.4 e 7.1, item (iii)(a) desta Escritura de Emissão;
    2. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período com efeitos relevantes para os Debenturistas;
    3. comentários sobre os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora relacionados a cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora;
    4. quantidade de valores mobiliários emitidos, quantidade de valores mobiliários em circulação e saldo cancelado no período;
    5. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período;
    6. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
    7. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
    8. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
    9. manutenção da suficiência e exequibilidade das Garantias;
    10. relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
    11. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de debêntures emitidas; (iv) espécie e garantias envolvidas; (v) prazo de vencimento das debêntures e taxa de juros; e (vi) inadimplemento no período; e
    12. o resultado da verificação prevista nos itens “xxii”, “xxiii” e “xxiv” abaixo;
    13. destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme informações prestadas pela Emissora.
21. disponibilizar na sua página na rede mundial de computadores o relatório de que trata o inciso xvi acima aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora;
22. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, sendo que a Emissora e os Debenturistas (estes a partir da data de subscrição, integralização ou aquisição das Debêntures) autorizam, desde já, o Agente de Liquidação, o Escriturador e a B3 a atenderem às solicitações do Agente Fiduciário necessárias ao cumprimento desta alínea;
23. fiscalizar o cumprimento do previsto nesta Escritura, inclusive das obrigações de fazer e não fazer, através de documentos e informações fornecidas pela Emissora;
24. comunicar aos Debenturistas qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura, e em seus eventuais aditamentos, incluindo as obrigações relativas às garantias e a cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os titulares dos valores mobiliários e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, observado o prazo previsto na Instrução CVM 476;
25. informar os Debenturistas sobre a ocorrência de qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado;
26. verificar os procedimentos adotados pela Emissora para assegurar a existência e a integridade das Debêntures;
27. verificar os procedimentos adotados pela Emissora para assegurar que os direitos incidentes sobre as Debêntures não sejam cedidos a terceiros; e
28. disponibilizar o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures calculado pela Emissora, aos titulares das Debêntures e à própria Emissora através de sua página na rede mundial de computadores.
    * 1. No caso de inadimplemento de quaisquer condições da Emissão, o Agente Fiduciário deve usar de toda e qualquer medida prevista em lei ou na Escritura de Emissão para proteger direitos ou defender os interesses dos Debenturistas.
    1. **Remuneração do Agente Fiduciário**
       1. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:
29. receberá uma remuneração:
    1. de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais) por ano, devida pela Emissora, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 10º (décimo) Dia Útil contado da Data de Emissão e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até a Data de Vencimento das Debêntures, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas. A primeira parcela será devida ainda que a Emissão não seja integralizada, a título de estruturação e implantação;
    2. reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela, pela variação positiva do IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou ainda, na impossibilidade de sua utilização, do índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
    3. a remuneração será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e de quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes na data do efetivo pagamento;
    4. devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão, remuneração essa que será calculada *pro rata die*;
    5. acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, sem prejuízo da atualização monetária pelo IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento);
    6. realizada mediante depósito na conta corrente a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário à Emissora, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;
    7. no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Data de Emissão ou da participação em reuniões ou conferências virtuais, antes ou depois da Data de Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R$600,00 (seiscentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como a (a) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (b) execução das Garantias Reais; (c) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com investidores; e (d) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (1) das Garantias Reais; (2) de prazos de pagamento e (3) de condições relacionadas ao vencimento antecipado das Debêntures. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures; e
    8. em caso de celebração de aditamentos aos Instrumentos da Emissão e/ou realização de AGD, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, será cobrado, adicionalmente, o valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais serviços;
30. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas que comprovadamente incorrer o Agente Fiduciário para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 20 (vinte) Dias Úteis contados da data de entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido previamente aprovadas pela Emissora, incluindo despesas com:
    1. publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
    2. extração de certidões, despesas cartorárias;
    3. viagens e estadias, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e do ESA;
    4. despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização em relação ao Projeto;
    5. contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas, desde que tal contratação seja previamente aprovada pela Emissora;
    6. poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento dos honorários do Agente Fiduciário e das despesas, inclusive a que se refere o inciso II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, caso tenha sido declarado o vencimento antecipado das Debêntures ou seja iniciado o processo de excussão das Garantias Reais, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e
    7. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso “f” acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.
31. – ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS
    1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“**AGD”**, conforme definido acima ou “**Assembleias Gerais de Debenturistas**” quando no plural).
    2. Aplica-se à AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.
    3. **Convocação e Instalação** 
       1. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
       2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes no Jornal de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.
       3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 21 (vinte e um) dias corridos contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias corridos após a data da publicação do novo edital de convocação.
       4. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.
       5. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a maioria simples, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
       6. Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação de qualquer AGD previstos nesta Escritura, consideram-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (direta ou indiretamente), (b) controladoras (ou do grupo de controle) da Emissora; (c) sociedades sob controle comum; e (d) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º (segundo) grau.
    4. **Mesa Diretora** 
       1. A presidência e a secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão representantes eleitos pelos Debenturistas ou àqueles que forem designados pela CVM.
    5. **Quórum de Deliberação** 
       1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, titulares de Debênture ou não.
       2. Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, incluindo as relacionadas à renúncia ou ao perdão temporário (*waiver*), dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma), das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, ou a maioria das Debêntures presentes na respectiva AGD, em segunda convocação, observado o disposto no artigo 71, parágrafo 5º, da Lei das Sociedades por Ações. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.
       3. Dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira e/ou em segunda convocação, as alterações: (i) da Remuneração das Debêntures, (ii) das Datas de Pagamentos dos Juros Remuneratórios, (iii) da Data de Vencimento das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e Datas de Amortização das Debêntures; (v) do Resgate Antecipado das Debêntures; (vi) dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (vii) das Hipóteses de Vencimento Antecipado; e/ ou (viii) das Garantias Reais e/ou do ESA.
       4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo certo que os Debenturistas poderão discutir e deliberar sem a presença destes, caso desejarem.
       5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
       6. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.
       7. Será permitida a realização de assembleias gerais de Debenturistas exclusivamente e/ou parcialmente digitais, devendo ser observado o disposto na Instrução CVM nº 81, de 29 de março de 2022.
       8. Especificamente com relação aos temas objeto da Cláusula 6.2, item (vii) acima, caso, em uma AGD instalada em primeira convocação, não estejam presentes Debenturistas suficientes para que seja atingido o quórum de deliberação ali previsto, a Emissora poderá realizar uma segunda convocação para a referida AGD com o intuito de deliberar novamente sobre a mesma matéria, situação na qual deverão ser observados os quóruns de segunda convocação previstos na referida disposição.
32. – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA
    1. A Emissora, declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:
33. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
34. é plenamente capaz para cumprir todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
35. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias (a) à celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e/ou do ESA, de que a Emissora é parte; ao cumprimento de todas as obrigações previstas em tais instrumentos; e (b) à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
36. os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão, bem como assinarão os Contratos de Garantia e o ESA, de que a Emissora é parte, têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, conforme o caso, as obrigações previstas em tais instrumentos e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
37. esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e o ESA, de que a Emissora é parte, e as obrigações previstas em tais instrumentos constituem ou constituirão, conforme o caso, obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
38. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e do ESA, de que a Emissora é ou será parte, e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos e a realização da Emissão e da Oferta, (a) não infringem o estatuto social da Emissora; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e/ou ao qual qualquer de seus respectivos ativos estejam sujeitos; (c) não resultarão em (c.1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e/ou ao qual qualquer de seus respectivos ativos estejam sujeitos; ou (c.2) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Emissora, exceto pelas Garantias Reais; e (e) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou qualquer de seus respectivos ativos;
39. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental, órgão regulatório ou terceiro (incluindo, mas sem limitação, no que diz respeito aos aspectos legais, contratuais, societários e regulatórios), é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e do ESA, conforme aplicável, ou para a realização da Emissão e da Oferta, nos termos da legislação aplicável, exceto: (a) pelo arquivamento da AGE da Emissora na JUCEA; (b) pela inscrição desta Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, na JUCEA; (c) pela publicação da AGE da Emissora no Jornal de Publicação; e (d) pelo registro dos Contratos de Garantia nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; (e) pelo registro da Emissora e depósito das Debêntures na B3; (f) pelas formalidades necessárias para aperfeiçoamento das Garantias Reais, de acordo com o descrito nos Contratos de Garantia;
40. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e do ESA, e não existe, na presente data, qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado;
41. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da taxa aplicada na Remuneração, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
42. as informações e declarações prestadas por ocasião da Oferta são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
43. não omitiu qualquer fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
44. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas no âmbito da auditoria do Projeto contêm as estimativas razoáveis da Emissora na data de entrega em relação à informação relevante;
45. sujeito às eventuais ressalvas do auditor contábil, já apresentadas na auditoria legal, as Demonstrações Financeiras da Emissora disponíveis representam corretamente em todos seus aspectos materiais a sua posição financeira nas datas e períodos a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
46. ressalvadas as informações divulgadas pela Emissora no âmbito da auditoria jurídica realizada para fins desta Emissão, observa a Legislação de Proteção Socioambiental, a legislação ambiental brasileira aplicável, assim como de segurança e medicina do trabalho definidas nas normas regulamentadoras da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, exceto nos casos em que tal não observância esteja sendo questionada de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, bem como possui todas as licenças, concessões, autorizações, alvarás e aprovações exigíveis na presente data para a regularidade do Projeto;
47. ressalvadas as informações divulgadas pela Emissora no âmbito da auditoria jurídica realizada para fins desta Emissão e exceto nos casos questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, observa a legislação em vigor, incluindo todas as leis, portarias, normas, regulamentos e exigências de todas as autoridades governamentais aplicáveis ao Projeto e à Emissora, em especial a legislação trabalhista e previdenciária de forma que (a) os trabalhadores são devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; e (b) cumpre as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista, exceto por aquelas cuja não-conformidade decorra de fatos ou atos anteriores à transferência das operações dos aeroportos do Projeto para a Emissora, sendo certo que tais não-conformidades estão em processo de regularização ou serão regularizadas no curso da Fase I-B do Projeto conforme definida no Contrato de Concessão;
48. as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2021 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora nas datas respectivas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora. Desde a data das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021 e até a presente data não houve nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve declaração ou pagamento pela Emissora de dividendos, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora, bem como a Emissora não contratou novas dívidas, exceto pelo Financiamento BASA e pelo Empréstimo Ponte;
49. está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista e previdenciária, e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto aquelas cujo pagamento esteja sendo contestado, tendo sua exigibilidade suspensa através das medidas administrativas e/ou judiciais apropriadas, ou, no caso de obrigações de natureza tributária municipal e estadual, quando qualquer falha em pagar e liquidar a(s) respectiva(s) obrigação(ões) não possa razoavelmente resultar, individualmente ou em conjunto, em um Efeito Adverso Relevante;
50. todos os ativos materiais da Emissora encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus, dívidas, dúvidas, tributos, encargos judiciais ou extrajudiciais, não existindo contra a Emissora qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal que possa diretamente afetar adversamente tais ativos, ressalvadas as Garantias Reais e os Ônus Permitidos;
51. além dos processos e/ou ações divulgados pela Emissora nesta data, não foi formalmente citada em quaisquer ações, seja de natureza judicial, administrativa, arbitral ou outros procedimentos de natureza civil, comercial ou administrativa quer em primeira instância, quer em outros graus de jurisdição, inclusive quanto ao deferimento de tutela de urgência e ao julgamento de recursos já interpostos, bem como sobre a interposição de recursos e o ajuizamento de outras ações que acarretem ou possam acarretar em Efeito Adverso Relevante;
52. não possui participação societária em qualquer sociedade;
53. não celebrou, até a presente data, quaisquer contratos de mútuo com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do seu Grupo Econômico, seja por meio de empréstimos, mútuos e/ou quaisquer operações financeiras, exceto pelas Dívidas Permitidas;
54. todos os Contratos Materiais do Projeto, conforme listados no **Anexo III**, bem como as Apólices de Seguro, conforme listadas no **Anexo II**, foram devidamente celebrados, são válidos e eficazes, e a Emissora está adimplente com todas as obrigações pecuniárias assumidas nos termos desses instrumentos;
55. detém todas as licenças, certificados, permissões, concessões e demais autorizações e aprovações governamentais necessárias à condução de suas atividades, inclusive as relativas à legislação ambiental brasileira aplicável, assim como de segurança e medicina do trabalho definidas nas normas regulamentadoras da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, ressalvadas as não conformidades (a) que tenham sido divulgadas pela Emissora no âmbito da auditoria realizada para fins desta Emissão; ou (b) questionadas de boa-fé nas esferas administrativas e/ou judiciais;
56. nem a Emissora, nem seus Representantes, agindo em benefício da Emissora, conforme aplicável, incorreu nas seguintes hipóteses: (a) utilizaram ou utilizam recursos da Emissora para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer despesa ilegal relativa à atividade política; (b) fizeram ou fazem qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros; (c) realizaram ou realizam ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como aprovaram ou aprovam o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer oficial do governo (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político), a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (d) praticaram ou praticam quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (e) realizaram ou realizam qualquer pagamento ou tomam qualquer ação que viole qualquer Lei Anticorrupção; ou (f) realizaram ou realizam um ato de corrupção, pagamento de propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciaram o pagamento de qualquer valor indevido;
57. conforme disponibilizado em auditoria legal, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, não foi formalmente citada em qualquer ação civil pública ou ação de execução por descumprimento de termo de ajustamento de conduta, que diga respeito a trabalho escravo, trabalho infantil, assédio moral ou sexual, discriminação de raça ou gênero, fraude trabalhista consistente em supressão de registro de empregados, infrações e crimes ambientais ou sonegação de contribuições ao FGTS, bem como não pratica atos que importem nas condutas supracitadas;
58. não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente suas funções conforme descritas nesta Escritura de Emissão e na Resolução CVM 17;
59. tem ciência de todas as disposições da Resolução CVM 17 a serem cumpridas pelo Agente Fiduciário; e
60. não existe nenhum impedimento legal ou contratual que impeça a presente Emissão.
    1. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados, por decisão definitiva transitada em julgado pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das declarações prestadas por ela (conforme o caso), nos termos da Cláusula 10.1 acima.
61. – DISPOSIÇÕES GERAIS
    1. **Comunicações** 
       1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.**

Avenida Djalma Batista, 1719, sala 607B, Edifício Torre Atlântica

Manaus - Amazonas, CEP 69050-010

At: Damien Stéphan / Sergio Cesar de Moraes Filho

E-mail: damien.stephan@vinci-airports.com.br / sergio.filho@vinci-airports.com.br

**Para o Agente Fiduciário:**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, 3.434, bloco 7, 2° andar

Rio de Janeiro - RJ, CEP 22640-102

At.: Sr. Antonio Amaro / Sra. Maria Carolina Lodi de Oliveira

Tel.: (21) 3514-000

E-mail: af.controles@oliveiratrust.com.br

**Para o Agente de Liquidação e Escriturador:**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 7, Sala 201, Barra da Tijuca

At.: Raphael Morgado / João Bezerra

Telefone: (21) 3514-0000

E-mail: sqescrituracao@oliveiratrust.com.br

**Para a B3:**

**B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão**

Praça Antonio Prado, 48 – 6° andar

01010-010, São Paulo, SP

At.: Superintendência de Ofertas de Títulos Corporativos e Fundos - SCF

Telefone: (11) 2565-5061

E-mail: valores.mobiliarios@b3.com.br

* + 1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo. A mudança de qualquer dos endereços deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação quanto à alteração de endereço serão arcados pela Parte inadimplente, exceto se de outra forma previsto nesta Escritura.
  1. **Renúncia**: Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba à Emissora, ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
  2. **Despesas**: A Emissora arcará com todos os custos resultantes (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relacionados ao seu registro na B3, (ii) do registro e publicação dos atos societários necessários à realização da Emissão e da Oferta; (iii) do registro da Escritura de Emissão, bem como de seus aditamentos, e (iv) das despesas com a contratação e remuneração do Agente Fiduciário, do Agente de Liquidação, do Escriturador e de outros prestadores de serviços.
  3. **Título Executivo Judicial e Execução Específica**: Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I III e V do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, que as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.
  4. **Aditamentos**: Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser formalizados por escrito, com assinatura da Emissora e do Agente Fiduciário, inscritos na Junta Comercial, nos termos das Cláusulas 2.4.1 acima.
     1. Fica dispensada a realização de uma AGD quando se pretender deliberar sobre alterações resultantes de (entre outros eventos previstos nesta Escritura de Emissão): (i) correção de erros não materiais, tais como erros grosseiros, de digitação ou aritméticos, (ii) alterações já expressamente permitidas nesta Escritura de Emissão, (iii) alterações nesta Escritura de Emissão em decorrência de exigências formuladas pela CVM, ANBIMA ou B3, conforme o caso, ou (iv) atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como mudanças na razão social, endereço e número de telefone, entre outros, desde que as mudanças ou correções mencionadas nos itens (i), (ii) e (iii) acima não causem qualquer perda aos Debenturistas ou mudança no fluxo das Debêntures e desde que não haja custos ou despesas adicionais para os Debenturistas.
  5. **Outras Disposições**
     1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.
     2. Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.
     3. Para fins da presente Escritura de Emissão, “**Dia(s) Útil(eis)**” significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos, feriados declarados nacionais ou qualquer dia em que os bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas não estejam abertos.
     4. A Emissora desde já garante ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, que as obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da presente Escritura serão assumidas pela sociedade que a suceder a qualquer título.
     5. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
     6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.
     7. Os prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.
     8. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
     9. As Partes reconhecem e concordam que a celebração desta Escritura de Emissão poderá ser feita por meios eletrônicos, e somente assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital e validadas de acordo com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil serão consideradas válidas, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, em caráter irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito.
     10. Esta Escritura de Emissão será válida para todas as Partes na data indicada na presente, mesmo que uma ou mais Partes afixem a assinatura eletrônica em data posterior. Além disso, mesmo se qualquer das Partes assinar eletronicamente este instrumento em local diverso, o local de celebração deste instrumento é, para todos os fins, a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme indicado abaixo.
  6. **Lei Aplicável** 
     1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.
  7. **Foro** 
     1. As Partes elegem o foro da Comarca da capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Escritura.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam esta Escritura de Emissão de forma digital, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 24 de novembro de 2022.

*(O restante da página foi intencionalmente deixado em branco)*

(Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.)

**CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: |  | Nome: |
| Cargo: |  | Cargo: |

(Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.)

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: |  | Nome: |
| Cargo: |  | Cargo: |

(Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.)

**TESTEMUNHAS:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: |  | Nome: |
| Cargo: |  | Cargo: |

**ANEXO I**

**Metodologia de Cálculo do ICSD**

O índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Financeiras auditadas, em determinado período de verificação, a saber:

1. **Geração de caixa da atividade**

(+) LAJIDA(EBITDA)

(-) Imposto de Renda

(-) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

1. **Serviço da Dívida**

(+) Amortização de Principal relativamente a todas as dívidas da beneficiária

(+) Pagamento de Juros relativamente a todas as dívidas da beneficiária

**C = ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA = (A) / (B)**

O LAJIDA(EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

(+/-) Lucro/Prejuízo Antes do Imposto de Renda

(+/-) Resultado Financeiro Líquido Negativo/Positivo

(+/-) Resultado com Equivalência Patrimonial Negativo/Positivo

(+) Depreciação e amortizações

(+/-) Perdas (desvalorização) por *Impairment*/Reversões de Perdas Anteriores

(+/-) Prejuízo/Lucro da alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis

dos investimentos em sociedades coligadas/controladas

**ANEXO II**

**Apólices de Seguro**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| SEGURO | SEGURADO | FRANQUIA | LIMITES DE INDENIZAÇÃO |
| CONSTRUÇÃO | | | |
| Riscos de Engenharia (*Construction All Risks* - “CAR”)  Incluindo propriedade da ANAC e/ou sob sua custória ou controle e/ou da Concessionária | * Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. * Empreiteiras contratantes * ANAC * Empresas sub-contratadas * Arquitetos e/ou consultores e/ou designer e/ou fornecedor (não parte da concessionária e/ou ANAC no âmbito das suas atividades no site do projeto) * Credores | Ocorrências gerais:  •100.000 BRL  Para terremotos, tempestades, inundações, danos provocados por água, colapsos, projeto defeituoso, materiais e mão de obra e manutenção:  •275.000 BRL | Ocorrências gerais por Aeroporto (baseado no CAPEX estimado):   * Boa Vista: BRL 223,771,577.13 * Cruzeiro do Sul: BRL 61,318,688.82 * Manaus: BRL 184,634,657.53 * Porto Velho: BRL 133,967,635.11 * Rio Branco: BRL 39,248,970.88 * Tabatinga: BRL 62,697,321.46 * Tefé: BRL 103,300,552.92 com sub-limites aplicáveis. * Propriedades existentes:   25% do preço estimado do contrato (máx: 50 MBRL/ mín: 25 MBRL) –incluindo perdas decorrentes com um sub-limite de 50% do montante de dívidas, não maior que 12,5 MBRL. |
| Responsabilidade civil de Obras (*Construction Third Party Liability* - “TPL”) | * Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. * Empreiteiras contratantes * ANAC * Empresas sub-contratadas * Arquitetos, consultores, projetistas e/ou fornecedores * Credores | Dano à propriedade causado aop roprietário:  •20% com um mínimo de 150.000 BRL a 350.000 BRL  Outros eventos:  •10% com um mínimo de 150.000 BRL a 350.000 BRL | Limite máximo: 50.000 BRL |
| SEGURO | SEGURADO | FRANQUIA | LIMITES DE INDENIZAÇÃO |
| OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO | | | |
| Dano à propriedade/  Riscos Operacionais (*Property Damage / Business Interruption - Annual Policy*) | * Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. (as “Concessionaire”) * ANAC * Credores | Dano à propriedade:  •50.000 BRL  Interrupção de operação:  •5 dias | Atual limite da combinação dos dois fatores:  •Em torno de 1.800.000.000,00 BRL com muitos sub-limites (18 meses de indenização) |
| SEGURO | SEGURADO | FRANQUIA | LIMITES DE INDENIZAÇÃO |
| CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO | | | |
| Terrorismo/ Riscos Operacionais  -Apólice anual(*Terrorism / Business Interruption - Annual Policy*) | * Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. * Credores | Danos à propriedade:  •Ataques terroristas: 10% do montante da perda com mínimo de 50.000 BRL  •Greves, protestos, comoção civil ou atos maliciosos: 15% do montante da perda com um mínimo de 50.000 BRL  •Guerra ou Guerra civil: 15% do montante da perda com um mínimo de 50.000 BRL  Interrupção de operações:  •5 dias para toda e qualquer ocorrência | Para qualquer ocorrência e no agregado:  Limite máximo: 340.000,00 BRL |
| Responsabilidade civil geral  -Apólice anual  (*General Liability - Annual Policy*) | * Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. * Credores | 10%-20% do montante da perda (com mínimo entre 1.000 e 30.000 BRL, dependendo do evento) | Para qualquer ocorrência e no agregado:  Limite máximo: 10.000 BRL |
| Responabilidade civil de operações aeroportuárias  -Apólice anual  (*Airport’s Operator Liability - Annual Policy*) | * Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. * VINCI Airports * ANAC * Credores | USD 50,000 para cada ocorrência | Limite máximo de USD 500,000,000 por ocorrência e em agregado com diversos sub-limites |
| Responsabilidade por danos ambientais  -Apólice anual  (*Environmental Impairment Liability -*  *Annual Policy* | * Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A. (as “Concessionaire”) * ANAC * Credores | Responsabilidade por dano ambiental:  •240.000 BRL  Interrupção de operações:  •5 dias para toda e qualquer ocorrência | Responsabilidade por dano ambiental:  limite máximo de BRL 38.000.000 para cada ocorrência e BRL 45.000.000 no agregado  Interrupção de operações:  BRL 9,500,000 para cada ocorrência e no agregado |

**ANEXO III**

**Contratos Materiais do Projeto existentes na data de assinatura da Escritura de Emissão**

* o Contrato de Concessão;
* o contrato de engenharia, fornecimento e construção (“EPC”) datado de 30/09/2022, para ampliação do aeroporto internacional de Porto Velho (RO) e do aeroporto de Boa Vista (RR), entre a Emissora e o consorcio composto por Teixeira Duarte – Engenharia e Construções S.A., Alves Ribeiro S.A. do Brasil e Sisnergy Soluções e Sistemas Integrados Ltda;
* o contrato de engenharia, fornecimento e construção datado de 16/11/2022, para ampliação do lado ar do aeroporto internacional de Manaus (AM), do aeroporto de Tabatinga (AM), do aeroporto de Tefé (AM), do aeroporto de Rio Branco (AC) e do aeroporto de Cruzeiro do Sul (AC), entre a Emissora e Passarelli Engenharia e Construção Ltda.

**ANEXO IV**

**Metodologia de Cálculo do ICSD Projetado**

O índice de Cobertura do Serviço da Dívida Projetado será calculado para cada ano restante até o fim da Concessão para fins de captação de Dívidas Complementares, nos termos da Cláusula 6.2 (xiii).

Para cada ano, o ICSD Projetado correspondente será calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida projetados anualmente, a partir das informações registradas nas Demonstrações Financeiras auditadas do último exercício fiscal prévio à captação das Dívidas Complementares, a saber:

1. **Geração de caixa da atividade projetada para o ano t**

(+) LAJIDA (EBITDA) Projetado, equivalente ao LAJIDA apurado no ano fiscal anterior ao que se realiza a projeção multiplicado pelo produto entre a variação do PIB e do IPCA acumulados entre o ano da projeção e o ano t;

(-) Imposto de Renda, equivalente ao Imposto de Renda apurado no ano fiscal anterior ao que se realiza a projeção multiplicado pelo produto entre a variação do PIB e do IPCA acumulados entre o ano da projeção e o ano t;

(-) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, equivalente à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido apurada no ano fiscal anterior ao que se realiza a projeção multiplicada pelo produto entre a variação do PIB e do IPCA acumulados entre o ano da projeção e o ano t;

Para efeito do cálculo de A, para cada ano t, deverá ser utilizada a projeção do PIB e IPCA constantes no Boletim FOCUS do Banco Central publicado no mês anterior à data pretendida de captação das Dívidas Complementares para cada ano t ou em informativo equivalente que venha a substituí-lo. Se não houver projeção para um determinado ano t, deverá ser usada a projeção disponível no Boletim FOCUS para o último ano anterior ao ano t desejado.

1. **Serviço da Dívida projetada para o ano t**

(+) Amortização de Principal projetada para o ano t relativamente a todas as dívidas da beneficiária, considerando, para além das dívidas já existentes nas Demonstrações Financeiras da Emissora, as Dívidas Complementares;

(+) Pagamento de Remuneração projetado para o ano t relativamente a todas as dívidas da beneficiária, considerando, para além das dívidas já existentes nas Demonstrações Financeiras da Emissora, as Dívidas Complementares;

Para efeito do cálculo de Remuneração de B, para cada ano t, deverá ser utilizada a projeção do IPCA constantes no Boletim FOCUS do Banco Central publicado no mês anterior à data pretendida de captação das Dívidas Complementares para o período t ou em informativo equivalente que venha a substituí-lo. Se não houver projeção para um determinado ano t, deverá ser usada a projeção para o último mês disponível no Boletim FOCUS.

**C = ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA PROJETADO PARA O ANO t = (A) / (B)**

O LAJIDA(EBITDA), para fins de cálculo de A, corresponde ao somatório dos itens das Demonstrações Financeiras Auditadas na data de referência da projeção abaixo discriminados:

(+/-) Lucro/Prejuízo Antes do Imposto de Renda

(+/-) Resultado Financeiro Líquido Negativo/Positivo

(+/-) Resultado com Equivalência Patrimonial Negativo/Positivo

(+) Depreciação e amortizações

(+/-) Perdas (desvalorização) por *Impairment*/Reversões de Perdas Anteriores

(+/-) Prejuízo/Lucro da alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis

dos investimentos em sociedades coligadas/controladas

O **Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Mínimo Projetado** será igual ao menor valor dentre os ÍNDICES DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA PROJETADOS para cada ano da projeção.

**ANEXO V**

**Licenças necessárias para a declaração de Conclusão Físico-Financeira do Projeto, nos termos da Cláusula 3.7.1, alínea (b) da Escritura de Emissão**

1. Licença Ambiental de Operação (LO) (ou documento equivalente) de todos os aeroportos do Projeto, emitida pelo órgão ambiental competente, dentro da validade, acompanhada de declaração da Emissora de que as respectivas condicionantes, se houver e conforme exigíveis à época, estão sendo cumpridas;
2. Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos, emitida pelo órgão ambiental competente, dentro da validade, para todos os aeroportos do Projeto, exceto aqueles abastecidos por sistema público, conforme declaração da Emissora;
3. Planos de Gestão de Risco de Fauna (PGRF), registrados na ANAC, dentro da validade, para todos os aeroportos do Projeto;
4. Planos de Zoneamento de Ruídos (PZR), registrados na ANAC, dentro da validade, para todos os aeroportos do Projeto;
5. Alvará de Licença ou documento equivalente atestando o cumprimento do estabelecido na legislação sobre prevenção e combate a incêndio e a desastres e das exigências fixadas no laudo ou documento similar expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar ou pela equipe técnica da prefeitura municipal com treinamento em prevenção e combate a incêndio e a emergências, dentro da validade, nos termos da Lei 13.425/2017, para todos os aeroportos do Projeto.

**ANEXO VI**

**Declarações da Emissora para Integralizações subsequentes à Primeira Integralização da Segunda Série**

[●], [●] de 20[●]

Para

**[OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.]**

[endereço]

[Cidade] – [Estado]

Ref.: **Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.; Condições para Integralizações subsequentes à Primeira Integralização da Segunda Série (“Declaração”)**

**CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Avenida Djalma Batista, nº 1719, sala 607B, Edifício Atlantic Tower, Chapada, Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, CEP 69050-010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("**CNPJ**") sob o nº. 42.548.035/0001-00 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Amazonas ("**JUCEA**") sob o NIRE 1330001266-8, aqui representada por seus representantes legais devidamente nomeados de acordo com seus estatutos e identificados abaixo ("**Companhia**" e/ou “**Emissora**”), na qualidade de emissora de até 600.000 (seiscentas mil) debêntures no âmbito da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, totalizando o valor de até R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) na respectiva data de emissão ("**Debêntures**" e "**Emissão**"), por meio da celebração do *"Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A."* (conforme aditado, "**Escritura de Emissão**"), nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 476**"), e no contexto da distribuição pública das Debêntures com esforços restritos ("**Oferta**"), pela presente declara em caráter irrevogável e irretratável que:

1. não está em curso nenhuma Hipótese de Vencimento Antecipado;
2. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas no âmbito da auditoria realizada para fins da Emissão contêm as estimativas razoáveis da Emissora na data de entrega em relação à informação relevante;
3. sujeitas às eventuais ressalvas do auditor contábil, as últimas demonstrações financeiras da Emissora disponíveis representam corretamente em todos seus aspectos materiais a sua posição financeira nas datas e períodos a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, não houve nenhum Efeito Adverso Relevante desde a apresentação das últimas demonstrações financeiras e não houve qualquer alteração na composição acionária do capital social da Emissora desde a Data de Emissão;
4. observa a Legislação de Proteção Socioambiental, exceto nos casos em que tal não observância esteja sendo questionada de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
5. detém todas as licenças ambientais relevantes e necessárias à operação de todos os aeroportos do Projeto, aplicáveis ao estágio do Projeto, à época, oficialmente expedidas pelos órgãos competentes, assim listadas em anexo a esta declaração, cujas respectivas condicionantes, se houver e conforme exigíveis à época, estão sendo cumpridas;
6. detém todas as outras licenças, certificados, permissões, concessões e demais autorizações e aprovações governamentais necessárias à condução de suas atividades, inclusive as relativas à legislação ambiental brasileira aplicável, assim como de segurança e medicina do trabalho definidas nas normas regulamentadoras da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, exceto por aquelas que se encontrem em regular processo de obtenção, regularização e/ou renovação, nos termos da legislação aplicável, ou cuja não obtenção ou suspensão não possa razoavelmente resultar, individualmente ou em conjunto, em um Efeito Adverso Relevante;
7. está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista e previdenciária, e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto (a) no caso de tributos federais, por aqueles cuja aplicação esteja sendo questionada de boa-fé pela Emissora e esteja com sua exigibilidade suspensa; (b) no caso das demais obrigações mencionadas neste inciso, pelos tributos, encargos ou emolumentos públicos que não possam razoavelmente resultar, individualmente ou em conjunto, em um Efeito Adverso Relevante ou, caso possam razoavelmente resultar, individualmente ou em conjunto, em um Efeito Adverso Relevante, cuja aplicação esteja sendo questionada de boa-fé pela Emissora e esteja com sua exigibilidade suspensa;
8. todos os ativos materiais da Emissora encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus, dívidas, dúvidas, tributos, encargos judiciais ou extrajudiciais, não existindo contra a Emissora qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal que possa diretamente afetar adversamente tais ativos, ressalvadas as Garantias Reais e os Ônus Permitidos;
9. além dos processos e/ou ações divulgados pela Emissora até a presente data, não foi formalmente citada em quaisquer ações, seja de natureza judicial, administrativa, arbitral ou outros procedimentos de natureza civil, comercial ou administrativa quer em primeira instância, quer em outros graus de jurisdição, inclusive quanto ao deferimento de tutela de urgência e ao julgamento de recursos já interpostos, bem como sobre a interposição de recursos e o ajuizamento de outras ações, que acarretem ou possam acarretar em Efeito Adverso Relevante;
10. não possui participação societária em qualquer sociedade;
11. cumpre todas as leis, portarias, normas e regulamentos, bem como exigências materiais aplicáveis de todas as autoridades governamentais aplicáveis ao Projeto e à Emissora, e, ainda, cumpre as obrigações decorrentes dos contratos de trabalho em que é parte, exceto (a) por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativas e/ou judiciais ou cuja não-conformidade decorra de fatos ou atos anteriores à transferência das operações dos aeroportos do Projeto para a Emissora, sendo certo que tais não-conformidades estão em processo de regularização ou serão regularizadas no curso da Fase I-B do Projeto conforme definida no Contrato de Concessão, ou (b) caso tal não observância não possa razoavelmente resultar, individualmente ou em conjunto, em um Efeito Adverso Relevante;
12. nem a Emissora, nem seus Representantes, agindo em benefício da Emissora, conforme aplicável, incorreu nas seguintes hipóteses: (a) utilizaram ou utilizam recursos da Emissora para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer despesa ilegal relativa à atividade política; (b) fizeram ou fazem qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros; (c) realizaram ou realizam ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como aprovaram ou aprovam o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer oficial do governo (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político), a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (d) praticaram ou praticam quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (e) realizaram ou realizam qualquer pagamento ou tomam qualquer ação que viole qualquer Lei Anticorrupção; ou (f) realizaram ou realizam um ato de corrupção, pagamento de propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciaram o pagamento de qualquer valor indevido;
13. não tem conhecimento de quaisquer fatos que não tenham sido expressamente declarados e que, se conhecidos, poderiam afetar adversamente a integralização das Debêntures da Segunda Série;
14. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário, no âmbito da Cláusula 4.9.6 da Escritura de Emissão, são materialmente corretos e incluem os documentos e informações relevantes para a integralização das Debêntures da Segunda Série.

Exceto se de outra forma aqui disposto, termos aqui utilizados com inicial em maiúscula e não definidos de outra forma na presente Declaração terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

**CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.**

**\*\*\***

**LISTA DE LICENÇAS AMBIENTAIS RELEVANTES E NECESSÁRIAS À OPERAÇÃO DOS AEROPORTOS DO PROJETO ANEXA À DECLARAÇÃO**

LICENÇAS DE OPERAÇÃO DOS AEROPORTOS

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| AEROPORTO | ÓRGÃO EMISSOR | NUMERO DA LICENÇA | DATA DE EMISSÃO E DE VALIDADE | OBSERVAÇÃO |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |

DEMAIS LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES (OU DOCUMENTO EQUIVALENTE) AMBIENTAIS RELEVANTES E NECESSARIAS À OPERAÇÃO DOS AEROPORTOS DO PROJETO, APLICÁVEIS AO PRESENTE ESTÁGIO DO PROJETO (devem ser apresentadas, no mínimo: para os aeroportos onde já tenham se iniciado intervenções físicas, licenças de instalação, dispensa de licenciamento ou documento equivalente relativo às obras; e para os aeroportos não atendidos por sistema público de abastecimento de água, outorga dos direitos de uso de recursos hídricos)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| AEROPORTO | ÓRGÃO EMISSOR | NUMERO DA LICENÇA/DOCUMENTO | DATA DE EMISSÃO E DE VALIDADE | OBSERVAÇÃO |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |

**ANEXO VII**

**Notificação – Condições para Integralização de Debêntures da Segunda Série**

[●], [●] de 20[●]

Para

**[OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.]**

[endereço]

[Cidade] – [Estado]

Ref.: **Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.; Condições para Integralização de Debêntures da Segunda Série (“Declaração”)**

**CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Avenida Djalma Batista, nº 1719, sala 607B, Edifício Atlantic Tower, Chapada, Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, CEP 69050-010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("**CNPJ**") sob o nº. 42.548.035/0001-00 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Amazonas ("**JUCEA**") sob o NIRE 1330001266-8, aqui representada por seus representantes legais devidamente nomeados de acordo com seus estatutos e identificados abaixo ("**Companhia**" e/ou “**Emissora**”), na qualidade de emissora de até 600.000 (seiscentas mil) debêntures no âmbito da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, totalizando o valor de até R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) na respectiva data de emissão ("**Debêntures**" e "**Emissão**"), por meio da celebração do *"Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A."* (conforme aditado, "**Escritura de Emissão**"), nos termos da Cláusula 4.9.5 da Escritura de Emissão, vimos, pela presente, solicitar a integralização de Debêntures da Segunda Série no montante de R$[=] ([=]) e atestar o cumprimento das respectivas Condições para Integralização das Debêntures da Segunda Série.

Nesse sentido, conforme Cláusula 4.9.4 da Escritura de Emissão;

* nos termos do item (i) da Cláusula 4.9.4 da Escritura de Emissão, enviamos, em anexo, cópia das licenças necessárias para a operação de todos os aeroportos do Projeto e outras aplicáveis ao estágio do Projeto, à época, oficialmente expedidas pelos órgãos competentes, bem como demais autorizações relevantes e necessárias à segurança e integridade física de quaisquer pessoas em circulação nos aeroportos do Projeto, conforme listadas na declaração a ser emitida nos moldes do Anexo VI da Escritura de Emissão, nos termos do item (vii) da Cláusula 4.9.4 da Escritura de Emissão;
* nos termos do item (ii) da Cláusula 4.9.4 e observado o disposto na Cláusula 4.9.6 da Escritura de Emissão, apresentamos, em anexo, a listagem eletrônica dos gastos globais referentes ao Projeto, com somatório equivalente a R$[=] ([=]); [Nota: o somatório deverá ser equivalente a, no mínimo, R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).]
* nos termos do item (iii) da Cláusula 4.9.4 da Escritura de Emissão, confirmamos que a Acionista está adimplente com o seu compromisso de integralização de capital social da Emissora, conforme aplicável, de acordo com o ESA;
* nos termos do item (iv) da Cláusula 4.9.4 da Escritura de Emissão, confirmamos que não está em curso nenhuma Hipótese de Vencimento Antecipado, independentemente dos prazos de cura previstos na Escritura de Emissão;
* nos termos do item (v) da Cláusula 4.9.4 da Escritura de Emissão, apresentamos, em anexo, [Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND) // Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND)], expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em nome da Emissora, válida até [=];
* nos termos do item (vi) da Cláusula 4.9.4 da Escritura de Emissão, confirmamos que a Emissora está em dia com as obrigações relativas ao FGTS e apresentamos, em anexo, Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal em nome da Emissora;
* nos termos do item (vii) da Cláusula 4.9.4 da Escritura de Emissão, apresentamos, em anexo, a declaração nos moldes do Anexo VI da Escritura de Emissão, assinada pelos representantes legais da Emissora, nos termos do seu estatuto social.

Exceto se de outra forma aqui disposto, termos aqui utilizados com inicial em maiúsculo e não definidos de outra forma na presente Declaração terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

**CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.**

**ANEXO VIII**

**Modelo de Declaração de Conclusão Físico-Financeira do Projeto**

[●], [●] de 20[●]

Para

**[OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.]**

[endereço]

[Cidade] – [Estado]

Ref.: **Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.; Conclusão Físico-Financeira do Projeto (“Declaração”)**

**CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Avenida Djalma Batista, nº 1719, sala 607B, Edifício Atlantic Tower, Chapada, Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, CEP 69050-010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("**CNPJ**") sob o nº. 42.548.035/0001-00 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Amazonas ("**JUCEA**") sob o NIRE 1330001266-8, aqui representada por seus representantes legais devidamente nomeados de acordo com seus estatutos e identificados abaixo ("**Companhia**" e/ou “**Emissora**”), na qualidade de emissora de até 600.000 (seiscentas mil) debêntures no âmbito da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, totalizando o valor de até R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) na respectiva data de emissão ("**Debêntures**" e "**Emissão**"), por meio da celebração do *"Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A."* (conforme aditado, "**Escritura de Emissão**"), nos termos da Cláusula 3.7.2 da Escritura de Emissão, vem, pela presente, atestar o cumprimento das condições e a ocorrência da Conclusão Físico-Financeira do Projeto e declarar e confirmar:

* que houve a Conclusão Física do Projeto;
* a (i) inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a conclusão ou continuidade da operação do Projeto; e (ii) inexistência de processo administrativo instaurado para decretar a intervenção, encampação ou caducidade do Contrato de Concessão;
* que houve o pagamento de, ao menos, 2 (duas) parcelas de Amortização das Debêntures, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, nos termos da Escritura de Emissão;
* que a Emissora atingiu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,3x (um inteiro e três décimos), apurado na forma do Anexo I da Escritura de Emissão, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, considerando como base de cálculo, para fins dessa apuração, os últimos 12 (doze) meses nos quais tenha ocorrido o pagamento de 2 (duas) parcelas de Amortização das Debêntures e de 12 (doze) parcelas mensais de amortização do Financiamento BASA;
* que a Conta Reserva Debêntures, conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária, está [integralmente constituída e preenchida // garantida por meio de carta(s) de fiança bancária em favor dos Debenturistas];
* que não está em curso qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado;
* que foram contratados os seguros de (i) risco patrimonial para a fase operacional com lucros cessantes (*Property All Risks with Business Interruption*) e (ii) responsabilidade civil geral (*General liability*).

Enviamos, em anexo, os seguintes documentos:

* documento emitido pela ANAC com a confirmação da conclusão da Fase 1-B e do início da Fase II do Projeto, conforme previsto no Contrato de Concessão;
* cópias das licenças e autorizações necessárias para a operação dos aeroportos do Projeto, nos termos do Contrato de Concessão, oficialmente expedidas pelos órgãos competentes, conforme listadas no **Anexo V** da Escritura de Emissão;
* [extrato bancário da Conta Reserva Debêntures // apresentação de carta(s) de fiança bancária para Conta Reserva Debêntures];
* documentos comprobatórios da contratação de seguros de (i) risco patrimonial para a fase operacional com lucros cessantes (*Property All Risks with Business Interruption*) e (ii) responsabilidade civil geral (*General liability*).

Exceto se de outra forma aqui disposto, termos aqui utilizados com inicial em maiúsculo e não definidos de outra forma na presente Declaração terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

**CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.**

**ANEXO IX**

**Rubricas atinentes aos itens financiáveis**

* Obras Civis
* Instalações e Montagens
* Ambiental
* Veículos
* Investimentos para Desenvolvimento, Expansão, Modernização ou Restauração
* Estudos Relacionados às Obras e à Operação
* Despesas Pré-Operacionais
* Capital de Giro
* Outorga
* Equipamentos, Maquinário e Software

Serviços e Treinamentos

**ANEXO X**

**Premissas de Inflação**

**IPCA Anual**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | 2032 | 2033 | 2034 |
| 7,9% | 4,1% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 2035 | 2036 | 2037 | 2038 | 2039 | 2040 | 2041 | 2042 | 2043 | 2044 | 2045 | 2046 |
| 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% |

**ANEXO XI**

**Modelo de Aditamento**

**1º (PRIMEIRO) ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

**CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Avenida Djalma Batista, nº 1719, sala 607B, Edifício Atlantic Tower, Chapada, Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, CEP 69050-010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("**CNPJ**") sob o nº. 42.548.035/0001-00 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Amazonas ("**JUCEA**") sob o NIRE 1330001266-8, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas páginas de assinatura deste instrumento ("**Emissora**"); e

E, de outro lado,

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com filial na Rua Joaquim Floriano, n.º 1052, sala 132, 13º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.113.876./0004-34, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("**Agente Fiduciário"**);

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados, em conjunto, como “**Partes**” e, individual e indistintamente, como “**Parte**”;

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente *"1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A."* ("**Aditamento**"), que será regida pelas seguintes cláusulas e condições.

**CONSIDERANDO** a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding,* a qual resultou na definição dos Juros Remuneratórios das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), da quantidade de Debêntures e do Valor Total da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão), as Partes desejam celebrar o presente Aditamento para formalizar o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*;

**ISTO POSTO,** este Aditamento dar-se-á de acordo com os seguintes termos e condições:

**1. Termos definidos**

**1.1.** Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significo a eles atribuído na Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

**2. Autorização**

**2.1.** O presente Aditamento é celebrado com base na Cláusula 3.8.2 da Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora e/ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Escritura de Emissão).

**3. Registro na Junta Comercial**

**3.1.** Este Aditamento será protocolado para arquivamento na JUCEA, nos termos dos artigos 62, inciso II e §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

**3.2.** A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) cópia eletrônica (formato PDF), contendo o selo digital da JUCEA, para este Aditamento registrado na JUCEA, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da data do registro.

**4. Alterações**

**4.1.** Em razão da realização do Procedimento de *Bookbuilding*, as Partes resolvem excluir a Cláusula 4.7.1 da Escritura de Emissão, bem como aditar as Cláusulas 4.11.1 e 4.11.2 da Escritura de Emissão, que passam a vigorar com as seguintes novas redações:

“*4.11.1.* ***Juros Remuneratórios das Debêntures****: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a uma taxa de [=]% ([=] por cento) ao ano (“****Taxa de Spread****”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding (“Juros Remuneratórios” e, em conjunto com a Atualização Monetária das Debêntures, “Remuneração”).* “

*(...)*

“*4.11.2. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série ou da Primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou Data de Pagamentos dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive) até a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de uma Hipótese de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) ou data de um eventual Regate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), Resgate Antecipado Obrigatório (conforme abaixo definido), Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido), Aquisição Facultativa ou Oferta de Aquisição (conforme abaixo definido), o que ocorrer primeiro. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:*

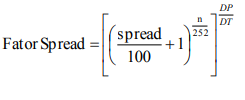
*J = Vna x (Fator Spread – 1)*

*onde:*

*J = valor da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;*

*Vna = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e*

*Fator Spread = fator de spread fixo, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

*onde:*

*spread = [inserir taxa de spread, informada com 4 (quatro) casas decimais];*

*n = número de dias úteis entra a data do próximo Período de Capitalização e a data do evento anterior, sendo “n” um número inteiro;*

*DT = número de dias úteis entre o último e o próximo Período de Capitalização, sendo “DT” um número inteiro;*

*DP = número de dias úteis entre o último Período de Capitalização e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.”*

**5. Disposições Gerais**

**5.1.** As obrigações assumidas neste Aditamento têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.

**5.2.** Todas as disposições da Escritura de Emissão que não foram expressamente aditadas, modificadas ou excluídas por meio do presente Aditamento permanecerão em vigor de acordo com os termos da Escritura de Emissão.

**5.3.** A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das Cláusulas deste Aditamento não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer Cláusula deste Aditamento, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à Cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Aditamento, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da Cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e objetivo das partes quando da negociação da Cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

**5.4.** Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

**5.5.** As Partes reconhecem este Aditamento e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I e III do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos deste Aditamento estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições do artigo 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão e deste Aditamento.

**5.6.** As Partes reconhecem e concordam que a celebração deste Aditamento poderá ser feito por meios eletrônicos, e somente assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital e validadas de acordo com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil serão consideradas válidas, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, em caráter irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito.

**5.7.** Este Aditamento será válido para todas as Partes na data aqui indicada, mesmo que uma ou mais Partes afixem a assinatura eletrônica em data posterior. Além disso, mesmo se qualquer das Partes assinar eletronicamente este instrumento em local diverso, o local de celebração deste instrumento é, para todos os fins, a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme indicado abaixo.

**5.8.** As Partes elegem o foro da Comarca da capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Aditamento.

São Paulo, [=] de [=] de 2022.

*(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura.)*

(Página de assinaturas 1/3 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.)

**CONCESSIONÁRIA DOS AEROPORTOS DA AMAZÔNIA S.A.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: |  | Nome: |
| Cargo: |  | Cargo: |

(Página de assinaturas 2/3 do 10 (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.)

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: |  | Nome: |
| Cargo: |  | Cargo: |

(Página de assinaturas 3/3 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A.)

**TESTEMUNHAS:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: |  | Nome: |
| Cargo: |  | Cargo: |